

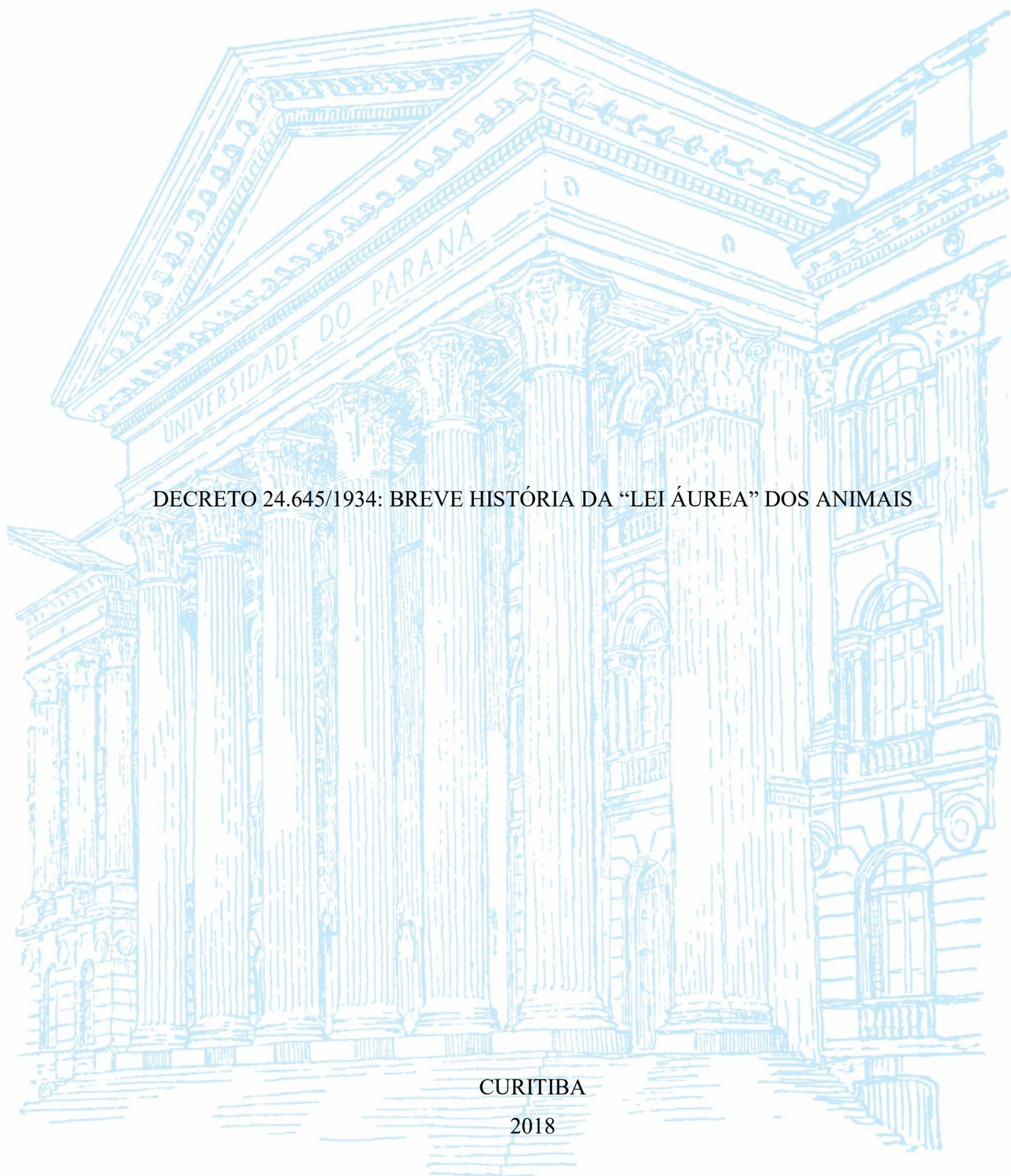
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TIAGO BRIZOLA PAULA MENDES

DECRETO 24.645/1934: BREVE HISTÓRIA DA “LEI ÁUREA” DOS ANIMAIS

CURITIBA

2018



TIAGO BRIZOLA PAULA MENDES

DECRETO 24.645/1934: BREVE HISTÓRIA DA “LEI ÁUREA” DOS ANIMAIS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paula Ataíde Junior

CURITIBA

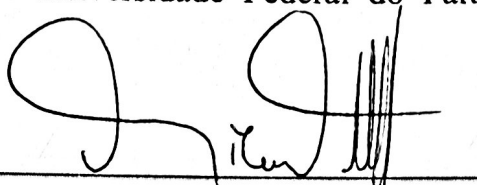
2018

# TERMO DE APROVAÇÃO

TIAGO BRIZOLA PAULA MENDES

## Decreto 24.645/1934: Breve História da Lei Áurea dos Animais

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



VICENTE DE PAULA ATAÍDE JR  
Orientador

Coorientador



KATYA REGINA ISAGUIRRE TORRES - Direito  
Público  
Primeiro Membro



DANIELLE TETÜ RODRIGUES  
Segundo Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço pela atenciosa e paciente orientação do Professor Doutor Vicente de Paula Ataíde Júnior, o qual, na última aula de direito processual civil dada a minha turma, já quase em dezembro de 2017, apresentou o Direito Animal e me despertou um interesse que ainda não havia experimentado durante a graduação. Sua dedicação e visível paixão pelo tema foram essenciais para possibilitar este trabalho, que ao longo da pesquisa mudou tantas vezes de rumo.

Sou grato ao Professor Doutor Thiago Hansen por suas importantes recomendações sobre como realizar a pesquisa histórica e dar tratamento aos dados obtidos. Suas dicas possibilitaram dar o pontapé inicial à breve reconstrução histórica a respeito da qual esse trabalho se propõe.

Agradeço imensamente à Dra. Vanice Orlandi, presidente da União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), por sua atenção ao responder a diversas dúvidas sobre a história da instituição e pela importante contribuição ao fornecer documentos históricos preciosos para a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Daniel Braga Lourenço, por suas indicações e pela simpatia ao responder um graduando curitibano pouco habituado às relações de pesquisa acadêmica.

Ao Ozzy, meu companheiro canino, por ensinar o significado de amor incondicional diariamente.

Agradeço a meus pais, Tina e Franklin, e a minha irmã, Révia, por todo o apoio durante os cinco anos de graduação e por estarem presentes em todos os momentos importantes da minha vida.

Agradeço à Aline, minha esposa, companheira para a vida, por estar do meu lado a cada segundo, me trazendo paz e tranquilidade em cada abraço.

Agradeço também a todos os amigos e amigas que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

Resista à ideia de que alguns animais são mais iguais do que outros.

*Roger Waters*

## **RESUMO**

O propósito deste trabalho é analisar o Decreto 24.645, de 10 de julho de 1934, primeiro diploma legal geral de Direito Animal brasileiro, com o objetivo de demonstrar suas origens e fontes materiais, além de certificar que este estatuto geral dos animais permanece vigente e apto para fundamentar a capacidade de ser parte dos animais não-humanos. Para tanto, demonstra-se que o direito brasileiro já considera os animais não-humanos como sujeitos de direitos, possibilitando, inclusive, a defesa dos interesses dos animais em juízo, conforme prescreve o art. 2º, §3º desse Decreto. Além disso, este trabalho apresenta, com base em pesquisa realizada em jornais da época, abordagem histórica acerca da origem material da lei, dos seus usos práticos ao longo dos anos, inclusive na defesa de direitos humanos, permitindo com isso uma ampliação da sua compreensão e aplicação atual.

Palavras-chave: Animais como sujeitos de direitos; capacidade de ser partes dos animais; História do Decreto 24.645/1934.

## **ABSTRACT**

This paper purpose is to analyze Decree 24.645 of 10 july 1934, the first Brazilian general Animal Law statute, in order to show its origins and material sources, besides certifying that this general statute of the animals remains valid and able to substantiate the standing of nonhuman animals. Therefore, will be demonstrated that Brazilian law already considers non-human animals as subjects of rights, witch makes possible the defense of its interests in court, as provided for under the article 2, §3º of that. In addition, this paper presents, based on research carried out in newspapers of that time, a, account of the material origin of the law, its practical uses over the years, including the defense of human rights, thus allowing a broader understanding and current application

Keywords: Animals as subjects of rights; standing for animals; Decree 24.645/1934 history.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 CAPACIDADE DE SER PARTE DOS ANIMAIS .....</b>	<b>10</b>
2.1 ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITOS .....	10
2.2 O ART. 2º,§3º DO DECRETO 24.645/1934 .....	18
<b>3 ORIGEM DA “LEI ÁUREA” DOS ANIMAIS .....</b>	<b>26</b>
3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI .....	26
3.2 A APROVAÇÃO DO DECRETO-LEI 24.645/1934 .....	28
<b>4 VIGÊNCIA DO DECRETO 24.645/1934.....</b>	<b>34</b>
4.1 INEFICÁCIA DA REVOGAÇÃO VIA DECRETO EXECUTIVO .....	34
4.2 APLICABILIDADE DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO.....	36
<b>5 POSSÍVEIS FONTES MATERIAIS E USOS PRÁTICOS DO DECRETO 24.645/1934 NA TUTELA DOS ANIMAIS .....</b>	<b>40</b>
5.1 POSSÍVEIS FONTES MATERIAIS .....	40
5.2 USOS PRÁTICOS.....	44
5.3 USO DO DECRETO NA PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS .....	48
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>
<b>ANEXO 1 – PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE O DECRETO 24.645 .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO 2 – ATA 136ª SESSÃO DO CONSELHO DA UIPA.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO 3 – EMAIL COM INFORMAÇÕES SOBRE O DECRETO.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO 4 – PROJETO DE LEI - O ESTADO DE S. PAULO DE 04/05/1934.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE 1 - MÉTODO DE PESQUISA REALIZADO .....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE 2 – TABELA DE NOTÍCIAS COM RESUMO (1934-1939) .....</b>	<b>72</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é analisar o Decreto 24.645, de 10 de julho de 1934 – primeiro diploma legal, em caráter geral, do Direito Animal brasileiro –, com o objetivo de demonstrar suas origens e fontes materiais<sup>1</sup>, além de certificar a sua vigência e aptidão para garantir, no âmbito processual, a capacidade de ser parte dos animais não-humanos.

Essa análise tem como pressuposto a afirmação de que no Brasil já existe um Direito Animal positivado, como ramo jurídico autônomo. Sua base é constitucional, pois o art. 225, §1º, VII, parte final, da Constituição de 1988, ao estabelecer a regra da proibição da crueldade, consagra os animais como sujeitos do direito à vida digna. Esse comando constitucional é densificado, no plano federal, pelo art. 32 da Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e pelo Decreto-Lei 24.645/1934.

Em especial, o art. 2º, §3º do Decreto 24.645/1934 confere expressamente aos animais a possibilidade de irem a juízo para a proteção dos seus direitos, por meio do Ministério Público, dos seus substitutos legais e dos membros das sociedades protetoras dos animais. Por essa razão, num primeiro momento, o trabalho enfrentará a possibilidade de se atribuir capacidade de ser parte aos animais no processo civil.

Num segundo momento, será abordada a origem do Decreto 24.645/1934, analisando-se como, em meados dos anos 1930, foi possível a aprovação de um regramento tão inovador – que tutela os animais não-humanos sem fazer qualquer alusão à sua função ecológica –, tantos anos antes do início do debate moderno acerca dos direitos animais.

Para levantar as origens desse instrumento normativo foi realizada pesquisa histórica, a partir de busca no acervo digital do Jornal O Estado de S. Paulo e na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, além de contado direto com representante da União Internacional Protetora dos Animais – UIPA, entidade que apresentou o projeto que veio a ser adotado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas.

Foram levantadas, ao todo, 117 notícias com alguma referência ao Decreto, datadas de 1934 a 2001. Todavia, uma vez que o principal objetivo do trabalho é analisar as origens dessa lei, focou-se na triagem das notícias do período compreendido entre 1934 e 1939, sendo encontradas 68 notícias.

As outras 69 notícias levantadas, datadas de períodos posteriores a 1939, em relação às quais não se operou uma catalogação ou sistematização, foram utilizadas na medida em que

---

<sup>1</sup> Entendidas como elementos concretos que influenciaram ou inspiraram a criação e produção do texto normativo.

apresentassem informações relevantes para o traçado histórico do Decreto. Além das notícias, para o mesmo desiderato, foi analisada a ata da 136ª Sessão do Conselho da UIPA.

Também é importante registrar, no objetivo sempre presente de conhecer as origens materiais do Decreto e enriquecer a pesquisa de dados, que foram realizadas buscas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN e pedidos de Informação Sistema de Informação ao Cidadão, direcionadas ao Senado Federal, à Presidência da República e ao Ministério da Agricultura. No entanto, nenhuma dessas pesquisas teve resultado frutífero.

Além da análise histórica, pretende-se demonstrar que, a despeito da edição de leis posteriores, o Decreto 24.645/1934 permanece vigente. Essa questão também será debatida à luz do princípio da *proibição de retrocesso*.

Com o objetivo de averiguar possíveis influências na produção do Decreto, tendo em conta informações obtidas nas notícias jornalísticas analisadas, será procedido também um breve exame de legislações estrangeiras da época que possam, de alguma forma, ter contribuído para a redação aprovada do Decreto.

Finalmente, também serão apresentados exemplos de como os dispositivos do Decreto foram utilizados ao longo dos anos, tanto pelos entes estatais, quanto pela sociedade civil. Com isso, objetiva-se evidenciar que o Decreto 24.645/1934, longe de ser considerado letra morta, de fato foi utilizado para proteger os animais não-humanos, seja por meio da tutela jurisdicional, seja por seus mecanismos administrativos de repressão e auxílio às entidades de proteção aos animais.

## 2 CAPACIDADE DE SER PARTE DOS ANIMAIS

### 2.1 ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITOS

Boa parte da doutrina brasileira adota a concepção que considera pessoa e sujeito de direitos como sinônimos. Autores como Orlando Gomes<sup>2</sup> e Maria Helena Diniz<sup>3</sup> consideram a personalidade jurídica como atributo necessário para ser sujeito de direito. O problema deste posicionamento é desconsiderar diversos entes que, mesmo não sendo considerados pessoas, têm seus direitos garantidos pela ordem jurídica.

Como ensina Simone Eberle, na estrutura da relação jurídica, o sujeito desempenha o papel de centro de imputação de direitos e deveres<sup>4</sup>. Assim, sujeito de direito é o titular dos interesses em sua forma jurídica<sup>5</sup>.

Enquanto noção abstrata, o sujeito de direito jamais poderia igualar-se a pessoa, já que esta traduz apenas o ente que participa em concreto de certa relação jurídica<sup>6</sup>. Assim, ao se

<sup>2</sup> “Sujeito de Direito é a pessoa a quem a lei atribui a faculdade ou a obrigação de agir, exercendo poderes ou cumprindo deveres”. (GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 242)

<sup>3</sup> “Para a doutrina tradicional, ‘pessoa’ é o ente físico ou coletivo suscetível de direitos e obrigações, sendo sinônimo de sujeito de direito”. (DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.)

<sup>4</sup> EBERLE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2006. p. 27

<sup>5</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: parte geral**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 324.

<sup>6</sup> José Lamartine Correa de Oliveira e Francisco Muniz oferecem uma leitura diferente da personalidade, criticando a noção de que seja meramente uma opção legislativa. Mas de todo modo chegam à conclusão de que não se igualam os conceitos de pessoa e sujeito de direito. Para eles, é de uma concepção que considere o ser humano como indivíduo, mas não somente como indivíduo, mas também como substância, isto é, ser que existe por si mesmo; e de natureza racional, que decorre a noção de dignidade da pessoa humana, dado anterior e superior à ordem legislada. Assim, exatamente porque a pessoa jurídica não é ser que existe por si mesmo, mas através e em função dos homens, é pessoa por analogia ao ser humano e não é, portanto, dotada da mesma dignidade essencial reconhecida ao ser humano. Desta forma, numa visão personalista a noção de personalidade assume uma noção pré-normativa, a de pessoa humana. Essa dado pré-normativo é aceito pela ordem positivista. Especificamente, essa aceitação não ocorre, conforme sustentam os autores, “no mesmo sentido da pura aceitação da realidade externa com que aceita e assume a qualidade de objetos, de coisas, que tem uma árvore ou um animal. É que no caso do ser humano, o dado preexistente à ordem legislada não é um dado apenas ontológico, que radique no plano do ser; ele é axiológico. E ser e valor estão intimamente ligados, em síntese indissolúvel, **eis que o valor está, no caso, inserido no ser**” (grifei). O ser humano vale, lecionam, porque é. Não é concebível que um ser humano seja sem valer. Os autores são, portanto, contrários à noção de um caráter puramente positivo à noção de pessoa, pois a personalidade é oriunda de um dado pré-normativo, a dignidade da pessoa humana. Da mesma forma, o reconhecimento da personalidade é fruto da penetração em determinada ordem jurídica desta noção pré-normativa. Assim, numa visão positivista, normativista, formalista, da pessoa e da própria ordem jurídica, termina-se por reduzir a noção de pessoa a um centro de imputação de direitos e deveres e a se atribuir sentido idêntico às noções de pessoa e de sujeito de direito. (OLIVEIRA, José Lamartine de; MUNIZ, Francisco. O Estado de Direito e os direitos da personalidade. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, dez. 1979. p. 230-233. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/8833/6143>>. Acesso em: 21 nov. 2018.). A noção apresentada por esses autores é valiosa, pois, ainda que diferente da análise adotada para fundamentar este trabalho, considera a

conceber o sujeito de direito como um centro de decisão e ação, tem-se um conceito vazio, “invólucro sem conteúdo”, que pode ser preenchido por qualquer ente que ocupe o lugar de destinatário das normas jurídicas. Basta, desta forma, que o legislador aponte determinado ente como foco de uma relação jurídica, outorgando-lhe qualquer direito, para que ele possa galgar ao posto de sujeito de direito, deixando sua condição de objeto de direito ou “mesmo deixando o limiar da mais completa irrelevância jurídica”<sup>7</sup>.

Assim, nas palavras de Pontes de Miranda:

Só se deveria tratar de pessoas, depois de se tratar dos sujeitos de direito; porque ser pessoa é apenas ter a possibilidade de ser sujeito de direito. Ser sujeito é estar na posição de titular de direito [...] O ser pessoa é fato jurídico: com o nascimento o ser humano entra no mundo jurídico, como elemento do suporte fático em que nascer é o núcleo.<sup>8</sup>

Dessa forma, o sujeito de direito figura como *centro de imputação de direitos e obrigações* pelas normas jurídicas. São sujeitos, entre outros, as pessoas naturais (homens e mulheres nascidos com vida) e as pessoas jurídicas, mas também os nascituros, o condomínio, a massa falida e outros, pois são todos aptos a titularizar direitos e obrigações em variadas medidas e mediante cumprimento de diferentes formalidades<sup>9</sup>.

Assim, para o direito, titularizam interesses não apenas homens e mulheres, mas também alguns “seres ideais” de natureza incorpórea.<sup>10-11</sup>

Admitindo sujeito de direitos como *centro de imputação*, não se pode negar que os animais já são considerados pelo ordenamento brasileiro como sujeitos, conforme se

---

personalidade como baseada num dado de dignidade pré-normativo. Como decorrência lógica deste raciocínio é possível sustentar, então, que qualquer ser a quem fosse reconhecido algum nível de dignidade, em razão de possuir valor intrínseco, deveria também ser reconhecido o status de pessoa.

<sup>7</sup> EBERLE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**, p. 28

<sup>8</sup> PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. 1954 apud EBERLE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**, p. 23.

<sup>9</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: Parte Geral**, p.327

<sup>10</sup> Conforme ensina Fábio Ulhoa Coelho: “Sujeito de direito é o centro de imputação de direitos e obrigações referido em normas jurídicas com a finalidade de orientar a superação de conflitos de interesses que envolvem, direta ou indiretamente, homens e mulheres. Nem todo sujeito de direito é pessoa e nem todas as pessoas, para o direito, são seres humanos.” (COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: Parte Geral**, p. 326.)

<sup>11</sup> Para Marcos Bernardes de Mello, ser sujeito de direito é ser titular de uma situação jurídica (lato sensu), seja como termo de relação jurídica de direito material (ser titular de direito ou de dever, de pretensão ou obrigação, de ação ou de situação de acionado, de exceção ou de situação de excetuado) ou formal (autor, réu, embargante, oponente, assistente, ou apenas recorrente) , seja como detentor de uma simples posição no mundo jurídico. É, portanto, sujeito de direito todo ente a que o ordenamento atribui capacidade jurídica. Segundo essa concepção, ser pessoa não constitui condição para ser sujeito de direitos. É certo que há mais sujeitos de direitos do que pessoas. Além disso, sujeito de direito não é apenas quem seja titular de direito, mas, também, quem o seja de dever ou de qualquer situação jurídica. (MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 144)

esclarecerá adiante. Mas o que se constata é que não há uma unidade conceitual a respeito de seu *status* jurídico. De um lado, o direito civil considera os animais domésticos ou domesticados como propriedade privada<sup>12-13</sup>, tutelados pelo direito como coisas ou semoventes, ou coisas sem dono, conforme os dispositivos do Código Civil Brasileiro (art. 593, 936 e 1263), e, nesse sentido, os protege a partir do direito proprietário, como propriedades privadas passíveis de apropriação por ocupação. De outro lado, os animais silvestres são considerados como bens públicos pertencente a União, nos termos do art. 1º da Lei 5.197/67, ainda hoje considerada a lei brasileira da fauna.

Há, ainda, quem sustente que, em razão da *função ecológica* a que alude o art. 225, §1º, VII, primeira parte, da Constituição, os animais seriam concebidos enquanto grupo, assim a fauna seria enquadrada como bem ambiental, inscrito na categoria de bens difusos, protegidos pelo Direito Público enquanto parte da biodiversidade terrestre<sup>14</sup>.

É diante dessa multiplicidade de concepções que Thiago Pires Oliveira considera imprescindível a construção de um novo *status* jurídico para os animais, pois a classificação como coisas não corresponde às atuais demandas da sociedade, na medida em que os exclui da categoria de sujeitos<sup>15</sup>. Da mesma forma, considerar o animal como bem ambiental de interesse difuso não é suficiente, já que a classificação não tutela o animal de forma individualizada, mas

<sup>12</sup> Na análise de Thiago Pires Oliveira, a legislação civilista brasileira confere aos animais o status de coisas, desconsiderando as diferenças que existem entre os animais entre si e outros seres vivos. Despreza-se quaisquer diferenças quanto à espécie, gênero, família, ordem, classe, filo, pois todos seriam a mesma coisa; além disso, são equiparados a seres de outros Reinos da biologia (como plantas ou fungos), e até com objetos sem vida. Na visão tradicional do direito os animais seriam considerados de acordo com a ótica do Direito Civil sob as seguintes formas: Se os animais fossem domésticos ou domesticados poderiam ser qualificados como bens móveis semoventes, indivisíveis, singulares, fungíveis ou não fungíveis, consumíveis (nos casos dos animais de produção ou da pecuária), simples e presentes ou futuras, a depender do negócio jurídico; já nos casos dos animais domésticos ou domesticados que fossem abandonados ou que fugissem e o proprietário não tentasse reavê-los seriam qualificados como *res derelictae* e quando fosse integrante da fauna seria entendido como *res nullius*. (OLIVEIRA, Thiago Pires. Redefinindo o status jurídico dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v.2, n.3, Salvador, p. 193-208, 2007. p.195-196).

<sup>13</sup> O Código Civil de 2002, mantendo a tradição de considerar os animais como coisas estabeleceu, todavia, algumas limitações aos direitos de uso, gozo e fruição da propriedade, incorporando à esfera do direito privado, através do art. 1.228, §1º, o ditame constitucional previsto no artigo 5º, inciso XXIII, que prevê a função social da propriedade (OLIVEIRA, Thiago Pires. Redefinindo o status jurídico dos animais, p. 201).

<sup>14</sup> Neste sentido: HACHEM. Daniel Under; GUSSOLI, Felipe Klein. Animais são sujeitos de direito no ordenamento jurídico brasileiro? **Revista Brasileira de Direito Animal**, v.13, n. 03, pp. 141-172, Salvador, Set-Dez 2017 e FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. rev., ampl. e atual, São Paulo: Saraiva, 2013. p. 285 (*e-book*).

<sup>15</sup> O autor cita, como exemplo, as situações em que são questionadas as práticas de experimentação com animais, as quais, até pouco tempo, eram aceitas, mas passaram a ser rejeitadas a partir da consideração do animal como um ser consciente de sua existência e passível de dor e sofrimento (senciência), considerando descabido entender como coisa um ser que possui capacidade de sofrer e sentir dor (OLIVEIRA, Thiago Pires. Redefinindo o status jurídico dos animais, p. 205).

como espécime integrante de um ecossistema, em relação ao qual a prática de um ato que implicasse dor e sofrimento não teria tanto importância<sup>16</sup>.

De toda forma, observa-se que *status* jurídico dos animais vem lentamente se modificando ao decorrer do tempo e através das legislações, passando pelos conceitos de propriedade privada, bem de interesse comum do povo e, até mesmo, sujeito passivo de crimes ambientais (art. 32 da Lei 9.605/1998).<sup>17</sup>

É com objetivo de superar o conceito que considera os animais como *coisas* e passar a considerá-los *sujeitos* que opera o Direito Animal<sup>18-19</sup>. É a sciência, destaca Vicente de Paula Ataíde Júnior, a característica que revela a dignidade animal e torna contraditória qualquer equiparação entre animais e coisa ou bens. Nas palavras do autor:

O Direito Animal opera com uma transmutação do conceito *civilista* de animal como *coisa*, para o conceito animalista de animal como *sujeito de direitos*. Todo animal é sujeito do direito fundamental à existência digna, positivado constitucional e legalmente, a partir do qual o Direito animal se densifica dogmaticamente, se espalhando pelos textos legais e regulamentares, de modo a apontar outros direitos correlatos e ajustados à natureza peculiar dos animais não-humanos, bem como construir as tutelas jurisdicionais que lhes sejam adequadas.

O direito animal à existência digna, pela vedação às práticas cruéis, revela-se como sendo um verdadeiro direito fundamental *zoocêntrico*, situado em uma nova dimensão de direitos fundamentais: a sexta dimensão ou dimensão dos direitos fundamentais *pós-humanistas*.

Urge universalizar o reconhecimento de que os animais já são considerados sujeitos de direitos por força da ordem jurídica brasileira atual, independentemente de qualquer outra autorização legislativa expressa. Ainda que não tenham capacidade direta de comparecer em juízo para pleitear seus direitos, o Poder Público e a coletividade receberam a incumbência constitucional de sua proteção (art. 225, §1º, VII, CF). Através do Decreto 24.645/1934 (art. 2, §3º), o Ministério Público e outros entes receberam a competência legal expressa para representá-los em Juízo, quando as leis que os protegem forem violadas<sup>20</sup>. Assim, conforme

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Thiago Pires. Redefinindo o status jurídico dos animais, p. 205.

<sup>17</sup> GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**. Salvador: Evolução, 2008. Capítulo 6.

<sup>18</sup> ATAÍDE JR, Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 13, n. 03, p. 48-76, Salvador, set/dez 2018, p. 50.

<sup>19</sup> Vicente de Paula Ataíde Junior define o Direito Animal como conjunto de normas jurídicas que estabelece os direitos fundamentais dos animais não-humanos, considerando-os como indivíduos com valor individual intrínseco e dignidade própria, independentemente se sua função ecológica. Introdução do Direito Animal Brasileiro. (ATAÍDE JR, Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro, p. 50)

<sup>20</sup> DIAS, Edna Cardozo. Os animais como sujeitos de direitos. **Revista Brasileira de Direito Animal**. vol.1, n.1, p. 119-121, Salvador, 2006. p.120.

defende Edna Cardozo Dias, os animais são sujeitos de direitos e seus direitos são deveres de todos os seres humanos<sup>21</sup>.

Para Laerte Fernando Levai, o reconhecimento dos direitos dos animais não se limita à legislação, mas abrange também uma dimensão ética. Somente o fato de os animais seres criaturas sencientes já deveria ser o suficiente para assegurar nossa consideração moral. Neste sentido, a Constituição Federal, ao impor a vedação à crueldade, reconhece os animais como seres sensíveis e capazes de sofrer. Esta visão desvinculou a fauna da perspectiva ecológica e passou a considerá-la sob enfoque ético. Daí se extrai que o animal tem direito a uma vida sem sofrimento. Mas para dar efetividade a essa concepção é necessário mudar sua condição para sujeito de direito<sup>22</sup>.

Na visão de Heron José de Santana Gordilho, se considerarmos que o direito é um interesse protegido pela lei, ou uma faculdade do julgador de exigir determinada conduta de outrem, ou uma garantia dada pelo Estado que pode ser invocada quando um dever for violado, temos de admitir que os animais são sujeitos de direitos. O conceito de sujeito de direitos é superior ao de pessoa, na medida em que ser sujeito de direito é apenas ter a capacidade de adquiri-los.<sup>23-24</sup>

Daniel Braga Lourenço, por sua vez, analisa os animais a partir da classificação proposta Fábio Ulhoa Coelho<sup>25</sup>. Defende que não é necessária a qualificação de pessoa para que o ente titularize direitos subjetivos. Desta forma, considerar os animais como sujeitos de direito não personalizados seria um posicionamento estratégico, que permite o deslocamento

<sup>21</sup> DIAS, Edna Cardozo. Os animais como sujeitos de direitos, p.121.

<sup>22</sup> LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**. 2ª Ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004, p. 128.

<sup>23</sup> GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**, p. 112.

<sup>24</sup> Heron Gordilho defende que devemos considerar que, *no mínimo*, os animais silvestres já são sujeitos de direitos, já que os art. 29 e 32 da Lei nº 9.605/98 estabelecem penas privativas de liberdade de até um ano de detenção para as condutas de “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida” ou “Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos” (GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**, p. 112).

<sup>25</sup> Fábio Ulhoa Coelho apresenta dois critérios pra classificação dos sujeitos de direitos. O primeiro os divide em personificados e despersonificados. O segundo os distingue entre os sujeitos humanos (ou corpóreos) e os não-humanos (ou incorpóreos). A personificação operada pelo direito concede uma autorização genérica para a prática dos atos e negócios jurídicos. As pessoas (no campo disciplinado pelo direito privado) podem fazer tudo a que não estejam proibidas. Os sujeitos despersonificados não ostentam esse atributo. Só podem praticar os atos inerentes à sua finalidade (quando possuem uma) e os expressamente autorizados por lei. Os sujeitos humanos são os homens e mulheres. Surgem para o direito desde o momento em que um embrião do ser humano se encontra alojado no útero da mulher e inicia seu processo de formação de um animal biologicamente independente. Enquanto alojado no útero da mãe, o sujeito de direito é chamado de nascituro e não tem personalidade jurídica. É um sujeito despersonalizado. Ao nascer com vida, o sujeito adquire personalidade (COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: parte geral**, p. 327-330).

do status dos animais de coisa para sujeito de direitos sem a necessidade de significativas alterações legislativas<sup>26</sup>.

Nesta mesma esteira, Heron José de Santana Gordilho sustenta que a *abolição da escravidão animal* independe de legislação que outorgue personalidade jurídica aos animais, pois como ocorreu com os condomínios, massas falidas, heranças jacentes, nascituros, etc., nada impede que eles tenham capacidade para pleitear seus direitos em juízo na condição de sujeitos de direitos, tal como assegura o Decreto 24.645/1934.

A capacidade de ser parte dos animais será melhor tratada adiante, todavia, o 2º, §3º do Decreto 24.645/1934, ao prever que os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, por seus substitutos legais (com seu tutor) e pelos membros das sociedades protetoras de animais, demonstra que, para o ordenamento jurídico brasileiro, a consideração dos animais como sujeitos de direitos não é novidade, existindo há mais de 80 anos regra, de natureza processual, orientada a tutelar os animais, considerando-os em si mesmos, sem nenhuma referência à sua função ambiental.

De toda forma, o *status* de sujeitos dos animais está positivado no ordenamento constitucional. O artigo 225, §1º, VII da Constituição, ao determinar que incumbe ao Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”, consagra, em sua parte final, a regra da proibição da crueldade. A vedação às práticas que submetem os animais à crueldade é comando constitucional autônomo em relação ao dever público da proteção a fauna. Se o legislador constitucional pretendesse proteger os animais como integrantes do ecossistema, não haveria necessidade de incluir a parte final do artigo. O direito fundamental a existência digna, posta a salvo de práticas cruéis é, portanto, extensivo a todos os animais, independentemente de sua função ecológica.<sup>27</sup>

Não basta, porém, somente considerar os animais como sujeitos, mas também é preciso repensar essa concepção para que se adapte às necessidades da proteção animal. Nesse sentido, interessante é crítica formulado por Katya Regina Isaguirre-Torres ao analisar a categoria de

<sup>26</sup> LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos animais**: fundamentação e novas perspectivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008, p.509.

<sup>27</sup> Vicente de Paula Ataíde Júnior sustenta que seria mais adequado que parte final do inciso VII do §1º do art. 225 da Constituição estivesse disposta em artigo separado, pois a regra da proibição da crueldade não se funda no respeito ao equilíbrio ecológico, mas na dignidade animal, de índole individual, decorrente da capacidade de sentir dor e experimentar sofrimento, ínsita aos seres vivos que compõe o reino animal. Conforme explica o autor, cães e gatos, ou quaisquer outros animais domésticos, não ostentam relevância ambiental e nem por isso deixam de ser protegidos pela norma (ATAÍDE JR., Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro, p. 55).



sujeitos de direitos como modelo de interação entre o ser humano e a natureza. Para a autora, é preciso repensar a definição de sujeito do direito liberal clássica. Essa noção acaba por considerar os sujeitos a partir de sua relação com as mercadorias, com os objetos. Assim, a norma jurídica que deveria tutelar a todos termina por determinar-se a partir de padrões proprietários e consumeristas abstratos, que fazem com que a proteção do Direito exista apenas para os sujeitos que possuam patrimônio ou potencial aquisitivo. Ocorre que não é somente a lógica econômica que molda nossa sociedade, mesmo porque, no mundo globalizado, as condutas de grupos humanos em relação à natureza têm desdobramentos que podem ser globais, *razão pela qual é necessário pensar as relações humanas em caráter de complementaridade com a natureza*, considerando a dinâmica dos indivíduos e de suas ações individuais e coletivas para uma releitura da figura do sujeito titular de direitos em uma perspectiva que ultrapasse seu enquadramento a partir da racionalidade econômica dominante, o que autoriza um repensar do objetivismo/subjetivismo para além de sua concepção tradicional ditada pela modernidade clássica. A racionalidade ambiental, define Katya Regina Isaguirre, é uma ordem de ideias que autoriza pensar o homem inserido na natureza e o uso desta enquanto importante instrumento para que os invisíveis pela ordem econômica possam recuperar seu potencial produtivo e sua posição social.<sup>28</sup>

A crítica a uma noção de sujeitos de direito que seja totalmente relacionada a questões patrimoniais também oferece poderoso instrumento para pensarmos as relações entre o ser humano e a natureza. Assim, reler a categoria de sujeitos de direito consiste em ampliar o acesso à justiça e a proteção jurídica aos sujeitos de direitos não detentores de patrimônio. Nesse sentido, reconhecer os animais como sujeitos de direitos é condição essencial para que o ser humano passe a se relacionar consigo mesmo e com a natureza com uma *racionalidade ambiental*.

Há também quem defenda não ser suficiente somente considerar os animais como sujeitos de direitos. Para propiciar a efetiva defesa de seus interesses, seria necessário atribuir-

<sup>28</sup> ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. A reconstrução da subjetividade a partir da racionalidade ambiental: o potencial da natureza, nos processos de globalização, para redefinição do sujeito de direitos na busca da cidadania concreta. In: I Seminário Sociologia & Política UFPR, 2009, Curitiba. **Anais do I seminário nacional de sociologia & política**, 2009. p. 2-22.

lhes personalidade jurídica, ainda que *sui generis*. Sustentam esse posicionamento, entre outros, Danielle Tetü Rodrigues<sup>29</sup> e Tagore Trajano de Almeida Silva<sup>30</sup>.

A despeito da riqueza do debate sobre animais como entes personificados, sabe-se que a atribuição de personalidade jurídica depende de expressa previsão legal<sup>31</sup>, o que ainda não se deu<sup>32</sup>. Assim, como o objetivo deste trabalho é analisar o Decreto 24.645/1934 em face do ordenamento atualmente posto, não se aprofundará no tema da atribuição de personalidade jurídica aos animais, a qual, repita-se, não é indispensável à consideração dos animais como sujeitos de direitos.

Conforme se expôs até aqui, se for procedida a leitura conjunta do art. 2º, §3º do Decreto 24.645/34, com os arts. 32 da Lei 9.605/1998 e 225, §1º, VII, parte final, da Constituição Federal, não restam dúvidas: o ordenamento jurídico brasileiro contempla os animais como sujeitos de direitos.<sup>33</sup> Melhor dizendo, adotando-se o conceito que considera sujeito de direito como núcleo de imputação jurídica, fica evidente que os dispositivos acima elencados concedem direitos aos animais, considerando-os como seres com valor individual

<sup>29</sup> Para a autora “pessoa” é um conceito operacional para o Direito, não atribuído somente aos humanos. Dessa maneira, propõe que os animais precisam ser redefinidos e readequados no ordenamento jurídico para que se tenha justo reconhecimento de seu *status quo*, como sujeitos de direitos com personalidade jurídica *sui generis*. Ocorre que o ordenamento jurídico brasileiro não apresenta uma unidade conceitual ao classificar os animais, ora os considera como objeto passíveis de comporem o patrimônio privado, ora como bens socioambientais, tratando a matéria dentro dos direitos coletivos, logo, com titularidade indeterminada. Por não terem seu status quo como sujeitos de direito reconhecido, fica evidente, a falta de proteção jurídica adequada aos animais. Mesmo porque, as próprias leis de proteção muitas vezes têm dispositivos notadamente contrários aos direitos dos animais. (RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2ª Ed. Curitiba: Jurua, 2008).

<sup>30</sup> Para o autor os animais não poderiam ser enquadrados na categoria de sujeitos de direitos despersonalizados, uma vez que estes entes recebem do ordenamento jurídico autorização para os atos inerentes à sua finalidade (quando possuem uma) e os expressamente autorizados por lei. Além disso, os esses entes não recebem personalidade por terem como característica sua transitoriedade e fugacidade, já que são sempre criados para cumprirem determinado objetivo, uma função específica. Essas características não se adequam aos animais, razão pela qual o autor propõe que a classificação de sujeitos de direito sugerida por Fábio Ulhoa Coelho (v. nota acima) seja ampliada para enquadrar os animais como sujeitos de direitos não-humanos personificados. (SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Animais em juízo**. Salvador, 2009, 152p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, p. 68-70).

<sup>31</sup> MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia**, p.145.

<sup>32</sup> A propósito, o Projeto de Lei da Câmara 6799/2013, de autoria do Deputado Ricardo Izar, estabelece que “Os animais domésticos e silvestres possuem natureza jurídica *sui generis*, sendo sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais podem gozar e obter a tutela jurisdicional em caso de violação, sendo vedado o seu tratamento como coisa”. Esse projeto também inclui parágrafo único no art. 82 do Código Civil brasileiro, para reger que o regime jurídico de bens não se aplica a animais domésticos e silvestres. Tal projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal, em 19/4/2018, no qual recebeu o número PLC 27/2018, sob relatoria do Senador Hélio José.

<sup>33</sup> Conforme aponta Vicente de Paula Ataíde Junior, “[...] o Direito Animal, como ramo jurídico, tem o art. 225, §1º inciso VII, parte final, da Constituição, como fonte normativa primária, densificada, no plano legislativo federal geral, pelo Decreto 24.645/1934 e pelo art. 32 da Lei 9.605/1998”. (ATAÍDE JR, Vicente de Paula Introdução ao direito animal brasileiro, p. 54.)

intrínseco, protegidos contra crueldade em razão de sua dignidade e não como integrantes do meio ambiente.<sup>34</sup>

Com efeito, evidencia-se que, embora ainda não se tenha atribuído personalidade jurídica aos animais, o Direito brasileiro, tanto no plano constitucional, quanto no infraconstitucional, possui instrumentos, inclusive processuais, para efetivar a tutela jurídica dos direitos dos animais não-humanos.

## 2.2 O ART. 2º, §3º DO DECRETO 24.645/1934

Tudo que foi exposto evidencia o *status* jurídico de sujeitos de direitos dos animais, condição a qual foram alçados há mais de 80 anos pela edição do Decreto 24.645, de 10 de julho de 1934.

O Decreto 24.645/1934 pode ser considerado o primeiro diploma legal geral de Direito Animal, pois tutelou os animais não-humanos, considerando-os como fins em si mesmos, sem fazer qualquer tipo de referência à importância ambiental ou ecológica dos animais a serem protegidos<sup>35</sup>.

Ainda vigente, conforme se verá adiante, o texto do parágrafo 3º do seu art. 2º<sup>36</sup> positivou a capacidade de ser parte dos animais, possibilitando seu ingresso em juízo, seja em nome próprio (por representação), seja por substituição processual, para protegerem seus direitos<sup>37</sup>.

Mais do que isso, ao dar especial tratamento à *tutela jurisdicional dos animais*, seja por meio de repressão, seja pelas ações civis (art. 2º, *caput*, parte final), cada animal vítima de maus-tratos passou gozar de direito de representação em juízo e, por conseguinte, o Decreto 24.645/1934 estabeleceu, no plano legislativo, o *status* de sujeitos de direitos dos animais,

<sup>34</sup> Conforme leciona Simone Eberle, basta que o legislador aponte determinado ente como foco de uma relação jurídica, outorgando-lhe um direito que seja, para que ele possa galgar ao posto de sujeito de direito, deixando sua condição de objeto de direito ou “mesmo deixando o limiar da mais completa irrelevância jurídica”. (EBERLE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**, p. 28.)

<sup>35</sup> ATAÍDE JR, Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro, p. 54.

<sup>36</sup> Art. 2º, §3º. Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais.

<sup>37</sup> Por muito tempo os animais não foram defendidos em juízo por se considerar que não havia uma pessoa legitimada para tanto, tendo em vista fazerem parte de toda fauna brasileira, ou seja, todos seriam prejudicados e então ninguém teria legitimidade específica para representá-los (SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 4, n. 5, Salvador, p. 323-352, jan./dez. 2009. p. 329. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10637>>. Acesso em: 19 de agosto de 2018, p.329).

“afinal, não haveria sentido algum em conferir capacidade de estar em juízo a quem não desfrutasse de direitos a serem defendidos judicialmente.”<sup>38-39</sup>

É importante ressaltar que não é estranha ao direito brasileiro a atribuição de capacidade de ser parte para entes não-humanos. Conforme leciona Fredie Didier Junior, capacidade de ser parte é a personalidade judiciária, ou seja, a aptidão para, em tese, ser sujeito de relação jurídica processual ou assumir uma situação jurídica processual<sup>40</sup>. Tem capacidade de ser parte todos que tenham personalidade material (aqueles que podem ser sujeitos de uma relação jurídica material, como as pessoas jurídicas e as naturais), e também o condomínio, o nascituro, o *nondum conceptus*, a sociedade de fato, sociedade não-personificada e a sociedade irregular, os entes formais (espólio, massa falida, herança jacente), os órgãos públicos despersonalizados (Ministério Público, PROCON, Tribunal de Contas, cartórios, Mesa da Assembleia Legislativa, etc). Trata-se de noção absoluta. Não existe ente que tenha meia capacidade de ser parte<sup>41</sup>.

Difere-se, portanto, da capacidade processual<sup>42</sup>, pois esta significa a possibilidade de alguém ou algo estar *pessoalmente* em juízo, sem que esteja legalmente representado. Por isso não a tem quem seja necessariamente representado em juízo, como os absolutamente incapazes e os entes que, sem serem pessoas jurídicas, têm capacidade de ser parte<sup>43</sup>. Em outras palavras, é aptidão genérica para praticar atos processuais sem assistência ou representação (pais, tutor, curador, etc), pessoalmente ou por pessoas indicadas pela lei. A capacidade de ser parte é

<sup>38</sup> ATAIDE JR, Vicente de Paula. Introdução do Direito Animal Brasileiro, p. 55.

<sup>39</sup> No mesmo sentido, Danielle Tetü Rodrigues ensina que ao considerar que o Ministério Público é legítimo para substituir as partes para as quais atua em nome próprio, o legislador não só atribuiu importância relevantíssima ao órgão, mas também reconheceu que os animais não são meramente “coisas” como se extrai do Código Civil. Se assim fossem considerados, o Ministério Público não teria legitimidade para substituí-los. É de se observar, conforme expõe a autora, que a legitimidade é conceito fechado, não permitindo acréscimos advindos de interpretação. Sendo assim, seria um contrassenso existirem relações jurídicas entre coisas e pessoas (RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa, p. 126)

<sup>40</sup> Em outras palavras, a capacidade de ser parte é a aptidão genérica para o exercício da pretensão à tutela jurídica. (MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano da eficácia, p. 133).

<sup>41</sup> DIDIER JR, Fredie. **Pressupostos processuais e condições da ação**: o juízo de admissibilidade do processo. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 111 e 112.

<sup>42</sup> Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero apresentam a capacidade processual como gênero do qual são espécies a capacidade de ser parte (também conhecida como personalidade processual ou judiciária), a capacidade de estar em juízo (*legitimatatio ad processum*) e a capacidade postulatória. Para os autores, a capacidade de ser parte tem, como correlato, no plano do direito material, a personalidade jurídica, ainda que seja mais ampla e por vezes reconhecida em lei em situações em que não há personalidade no direito material. Desta forma, a capacidade de ser parte é a possibilidade de demandar e de ser demandado em juízo (**Novo Código de Processo Civil comentado**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 209).

<sup>43</sup> MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do fato jurídico**: plano da eficácia, p. 141.

conceito anterior ao de capacidade processual. A capacidade processual pressupõe a capacidade de ser parte<sup>44</sup>.

Vale dizer, no direito brasileiro, a capacidade de ser sujeito de relações jurídicas não se confunde com a capacidade de exercer direitos em juízo<sup>45</sup>, isso porque o conteúdo da capacidade é *elástico*, pois relativo à suscetibilidade abstrata de titularidade. Expande-se ou contrai-se de acordo com o ser a quem é atribuída<sup>46</sup>. Assim, por vezes o titular do direito não poderá exercê-lo diretamente, situações em que necessitará de um representante processual<sup>47-48</sup>. A eventual incapacidade de exercício das pessoas naturais, a natureza das pessoas jurídicas e dos demais entes, incluindo os animais não-humanos, impõem sua representação legal<sup>49</sup>.

Como no Brasil a capacidade de ser parte decorre da garantia da inafastabilidade do Poder Judiciário (inciso XXXV do art. 5º da Constituição) e é atribuída a todo ente que possa ter um interesse juridicamente tutelado<sup>50</sup>, tal garantia também se estende em relação aos animais não-humanos, sujeitos titulares de direito à vida digna, livre de crueldade, nos termos do art. 225, §1º, VII, parte final.

Além disso, mesmo que se levante o argumento que não bastaria somente a titularidade de direitos, sendo imprescindível também expressa autorização legal para que um ente possa

<sup>44</sup> DIDIER JR, Fredie. **Pressupostos processuais e condições da ação**: o juízo de admissibilidade do processo. p. 134.

<sup>45</sup> Para Marcos Bernardes de Mello, a capacidade jurídica ou capacidade de direito é a aptidão, que o ordenamento jurídico atribui às pessoas, em geral, e a certos entes, em particular, para serem titulares de uma situação jurídica, por mais elementar que seja. Significa, poder ter no mundo jurídico uma posição de sujeito. A capacidade jurídica é, desta forma, o fundamento de todas as capacidades (**Teoria do fato jurídico**: plano da eficácia, p. 116).

<sup>46</sup> EBERLE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**, p. 47.

<sup>47</sup> Diferente da representação processual, é a substituição processual ou legitimidade extraordinária, ocasião em que o sujeito atuará em nome próprio para defender interesse de terceiro.

<sup>48</sup> Art. 75 CPC/2015. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

I - a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;

II - o Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores;

III - o Município, por seu prefeito ou procurador;

IV - a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar;

V - a massa falida, pelo administrador judicial;

VI - a herança jacente ou vacante, por seu curador;

VII - o espólio, pelo inventariante;

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;

IX - a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens;

X - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil;

XI - o condomínio, pelo administrador ou síndico.

<sup>49</sup> ASSIS, Araken de. Substituição processual. **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo: Dialética, 2003. n. 09 p. 09.

<sup>50</sup> DIDIER JR, Fredie. **Pressupostos processuais e condições da ação**: o juízo de admissibilidade do processo, p. 120.

defender seus interesses em juízo<sup>51</sup>, no Brasil esse problema já foi superado, já que o Decreto 24.645/1934 estabeleceu expressamente a capacidade dos animais<sup>52</sup> não-humanos.

Resta evidente que o Decreto 24.645/1934 densifica a fonte normativa primária do Direito Animal (art. 225, §1º, VII, parte final, CF), servindo como vetor para defesa de qualquer forma de crueldade contra os animais não-humanos<sup>53</sup>, pois não basta que existam leis protegendo e garantido direitos individuais aos animais, se não houver mecanismo específico para fazer com que sejam respeitadas.

Como o art. 2º, §3º do Decreto 24.645/1934 desponha como enunciação da capacidade de ser parte dos animais, é preciso operacionalizá-lo para que possa efetivamente garantir a tutela jurisdicional dos animais não-humanos.

Assim, o legitimado nas causas envolvendo animais não-humanos poderá atuar em nome próprio na defesa dos animais, como substituto processual, ou em nome alheio, como representante, caso em que o animal irá diretamente reivindicar seus direitos (da mesma forma que o absolutamente incapaz pode fazê-lo).

No âmbito civil, em se tratando de um animal individualizado, o Decreto 24.645/1934 possibilita que o animal esteja em juízo através de um representante legal, o guardião ou tutor. Contudo, em caso de crimes ambientais ou contra a dignidade animal, previstos na Lei

<sup>51</sup> Neste sentido, Cass R. Sunstein, ao analisar a possibilidade dos animais irem a juízo defender seus interesses, no âmbito do direito norte-americano, conclui que seria plenamente possível e desejável conceder *standing* (possibilidade de estar em juízo) aos animais, uma vez que os seres humanos só estariam legitimados para demandarem em favor dos animais caso fique demonstrado (1) que sofreu *injury in fact*, ou seja, que sofreu um dano decorrente do descumprimento de interesse legalmente protegido, que seja concreto e individualizável e atual ou iminente; (2) a existência de nexo causal entre o dano e a conduta alegada em juízo e (3) que uma decisão favorável pode reparar o dano causado. Estas exigências acabariam por impedir a tutela jurisdicional dos animais não-humanos em situações de crueldade vedadas legalmente, mas que não atingissem diretamente seres humanos. Assim sendo, o autor afirma que os animais não podem estar em juízo por não terem recebido esta autorização legal. Nada obstante, o legislador deveria adotar o entendimento de finalmente conceder legitimidade aos animais para buscar proteção de seus próprios interesses, pois por vezes será difícil encontrar uma pessoa legitimada (que tenha sofrido um dano de fato) que a possibilite ingressar em juízo em seu nome. Além disso, garantir a legitimidade dos animais por direito próprio serve para “deixar claro quais interesses estão em jogo” e aumentar as possibilidades de fiscalização privada sobre a ilegalidade. (SUNSTEIN, Cass R. Can Animals Sue? In Cass R. Sunstein, Martha C. Nussbaum. **Animal rights: current debates and new directions**. Oxford University Press, Estados Unidos, 2004; versão traduzida em: SUNSTEIN, Cass R. Os animais podem processar? In: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (org). **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 451-472).

<sup>52</sup> Art. 17 do Decreto 24.645/1934: “A palavra animal, da presente lei, compreende todo ser irracional, quadrúpede ou bípede, doméstico ou selvagem, exceto os daninhos.”

<sup>53</sup> “[...] o Direito Animal, como ramo jurídico, tem o art. 225, §1º inciso VII, parte final, da Constituição, como fonte normativa primária, densificada, no plano legislativo federal geral, pelo Decreto 24.645/1934 e pelo art. 32 da Lei 9.605/1998”. (ATAIDE JR, Vicente de Paula. Introdução do Direito Animal Brasileiro. p. 54)

9.605/1998, o Ministério Público deverá atuar como substituto processual, a fim de cumprir seu papel como titular da ação penal pública.

As sociedades de proteção animal, estatutariamente interessadas na preservação e no fim da crueldade contra animais, também serão legitimadas extraordinariamente para ir a juízo<sup>54</sup>.

Tagore Trajano de Almeida Silva sustenta que para tutela dos direitos dos animais em juízo, duas soluções jurídicas seriam possíveis: 1) substituição processual por parte do Ministério Público, sociedades de proteção animal e terceiros com estreita relação de proximidade; 2) através de um representante processual tais como um curador especial ou guardião<sup>55</sup>.

Neste sentido, aplicando a formulação de Fredie Didier Jr. ao direito dos animais, as características para substituição<sup>56</sup> seriam:

- a) Legitimação dos animais estará regulada pelo decreto nº 24.645/34<sup>57</sup>.
- b) O Ministério Público e as entidades de proteção animal atuarão no processo na qualidade de parte, e não de representante<sup>58</sup>;
- c) a substituição processual poderá acontecer em ambos os polos, passivo e ativo; e
- d) o substituto processual pode ser sujeito passivo de sanções processuais, como punição por litigância de má-fé.

Em especial, a legitimação do Ministério Público está implícita no artigo 225, §1º inciso VII da Constituição Federal e no art. 32 da lei de crimes ambientais, sendo papel das associações apresentarem reclamações no Ministério Público no caso de crime contra animais<sup>59</sup>.

<sup>54</sup> SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 4, n. 5, p. 323-352, jan./dez. 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10637>>. Acesso em: 19 de agosto de 2018. p. 330/331

<sup>55</sup> SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual, p. 331/332.

<sup>56</sup> DIDIER JR, Fredie. **Pressupostos processuais e condições da ação**: o juízo de admissibilidade do processo, p. 253.

<sup>57</sup> CPC/2015, art. 18, caput: “Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.”

<sup>58</sup> A associação precisa ter a proteção dos animais como objetivo incluído entre suas finalidades institucionais para que possa proteger seus interesses em juízo. Deve, portanto, haver pertinência temática nas causas em defesa dos animais. Como uma das finalidades de sindicatos e associações é a de proteger os interesses de seus membros e consequentemente, dos animais, afirmar, conforme a doutrina norte americana, que possuem *standing* é condizente com o mandamento constitucional. (SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual, p. 338-339).

<sup>59</sup> A associação precisa ter a proteção dos animais como objetivo incluído entre suas finalidades institucionais para que possa proteger seus interesses em juízo. Deve, portanto, haver pertinência temática nas causas em defesa dos animais. Como uma das finalidades de sindicatos e associações é a de proteger os interesses de seus membros

Com essa atribuição, o Promotor de justiça surge, conforme aponta Laerte Fernando Levai, como um agente político de transformação social que deve atuar em benefício da própria comunidade que representa para dar efetividade à proteção ambiental/animal. Para isso, o Ministério Público conta com diversos mecanismos de atuação constitucionalmente concedidos, quais sejam: legitimidade para oferecer denúncias criminais, requisitar investigações, expedir notificações, instaurar inquérito civil e também propor a ação civil pública (art. 129 da Constituição). Soma-se a prescrição do art. 2º, §3º do Decreto 24.645/1934 (“os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público”) e o fato de que a proteção constitucional do meio ambiente ser atribuída, tanto em âmbito estadual, quanto federal, ao Ministério Público. (art. 127 da Constituição). Assim, considerando que o amplo conceito de “meio ambiente” inclui a fauna toda, mesmo a doméstica, isso significa que os Promotores de Justiça se tornaram os curadores dos animais, tendo à disposição inúmeros instrumentos administrativos, criminais ou cíveis para o desempenho dessa função.<sup>60</sup>

Mais especificamente, os atentados contra a fauna, e contra animais individualmente considerados, têm natureza pública incondicionada, razão pela qual a iniciativa processual da Promotoria independe de qualquer manifestação de vontade do representante da vítima. Desta forma, se qualquer cidadão pode agir diante de uma ocorrência de maus-tratos, para o Ministério Público essa faculdade se transforma em dever de ofício, porque a instituição detém uma parcela do próprio poder público estatal<sup>61</sup>.

Conforme ensina Laerte Fernando Levai:

O Ministério Público reúne plenas condições de assumir a tutela jurídica da fauna, na tentativa de livrá-la das maldades, dos padecimentos e das torturas que a humanidade lhes impinge, nenhum outro órgão estatal possui a sua disposição tantos instrumentos administrativos e processuais hábeis a impedir a situação de maus tratos a animais. Se os promotores de justiça e os procuradores da república utilizassem todas as normas que a lei põe a seu alcance, em prol dos verdadeiros ideais de Justiça, talvez um mundo menos violento pudesse amanhecer, sem cabrestos, sem correntes, sem chibatas, sem degolas, sem incisões, sem extermínios, sem jaulas, sem arpões e sem gaiolas, em que se garantisse o respeito pela vida, a integridade física e a liberdade<sup>62</sup>.

---

e conseqüentemente, dos animais, afirmar, conforme a doutrina norte americana, que possuem standing é condizente com o mandamento constitucional. (SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual, p. 331-332).

<sup>60</sup> LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**, p.107.

<sup>61</sup> LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**, p.107.

<sup>62</sup> LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**, p.117.



Importante exemplo do fenômeno da substituição pode ser observado no caso *Suíça v Jardim Zoológico de Salvador*, no qual Promotores de Justiça, professores, estudantes de direito e associações de proteção animal foram a juízo defender o interesse da chimpanzé Suíça<sup>63</sup>. O pedido foi recebido pelo juiz Edmundo Lúcio da Cruz, da 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador, que recebeu o *writ* e intimou a autoridade coatora a prestar informações acerca do caso. Como no *habeas corpus* as partes são o paciente e a autoridade coatora, esta decisão abriu um precedente inédito na história do direito, pois, ao receber a inicial a ordenar a citação, o juiz precisou admitir inicialmente que a ação preenchia os pressupostos processuais e, portanto, que a chimpanzé Suíça tinha capacidade de ser parte, que o juízo era competente para julgar o feito e que, além disso, os impetrantes tinham capacidade processual e postulatória para ingressar com o *habeas corpus*. Infelizmente, a paciente faleceu no curso do processo, o que levou a sua extinção sem julgamento de mérito<sup>64</sup>.

Mas, ainda que a legislação permita que os seres humanos vão a juízo proteger os animais, existem momentos em que será necessário que o próprio animal vá a juízo mediante representação<sup>65</sup>. Neste sentido, sustenta Tagore Trajano de Almeida Silva:

Afirmar que o animal vai a juízo em nome próprio no caso dos animais não-humanos é dizer que qualquer animal que tenha o direito de ação seria representado por um humano, uma pessoa exercendo as funções de um tutor e cujas decisões em prol dos interesses de seus clientes são decorrentes da obrigação de tutela, tal como acontece com crianças e empresas.<sup>66</sup>

Desta forma, a figura do representante equilibrará o contraditório, garantindo o devido processo legal e a ponderação dos interesses não humanos.

No mesmo sentido, afirma João Marcos Adele y Castro:

Não basta existir um direito ambiental, pois se faz necessário um sistema de aplicação que promova a justiça ambiental, que distribua a cada um dos seres da natureza, além do homem, o que lhe é direito. [...] Mas se os animais deixaram de ser objeto e passaram a ser sujeitos de direitos, quem representa seus interesses na seara

<sup>63</sup> GORDILHO, Heron José Santana e outros. Habeas Corpus impretado em favor da chimpanzé Suíça na 9ª Vara Criminal de Salvador (BA). **Revista Brasileira de Direito Animal**, v.1, n.1, 2006. p. 261-280.

<sup>64</sup> GORDILHO, Heron José Santana. **Abolicionismo animal**, p. 99

<sup>65</sup> Sobre o tema, elucida Danielle Tetü Rodrigues: “Na representação dos Animais não-humanos em juízo, assim como os demais incapacitados juridicamente, não prevalece a autonomia da vontade, mas sim, a obrigatoriedade de representatividade calcada no interesse subjetivo do ser. A proteção jurídica dos Animais não-humanos interpreta que o objeto da tutela é o interesse do não-humano, a modificar seu status e a leitura do instituto da propriedade.” (RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: Uma abordagem ética, filosófica e normativa, p. 191.)

<sup>66</sup> SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual, p.333.

administrativa e em juízo? [...]. Desta forma, forçoso concluir que, além do Ministério Público, outras instituições e entidades podem defender os interesses dos animais [...] Se os bens ecológicos, como os animais, podem ter seus interesses defendidos em juízo ou fora dele, através da ação civil pública, da ação popular ou da ação penal pública, é certo que são detentores, como qualquer outro sujeito de direitos, dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Consideramos que o autor da ação seja o animal, meramente representado pelo homem. Como refere Silva, a dogmática jurídica indica que somente o homem pode ser sujeito de direitos, mas que essa lógica se inverte quando falamos de direito ambiental, que aceita a ideia de que o homem é mero representante dos animais, em juízo, ainda como acontece com as pessoas jurídicas. Assim, o direito dos animais, em termos de processo, administrativo ou judicial, é beneficiado pelas mesmas garantias asseguradas aos homens.<sup>67</sup>

Considerando-se, portanto, que não basta a existência de um direito ambiental, sem que haja um sistema de aplicação que promova a justiça ambiental e partindo da premissa de que animais sejam efetivamente sujeitos de direitos, ainda que não-personificados, nada mais natural que lhes seja assegurada a legitimidade ativa *ad causam* para pleitear, em juízo, a garantia de proteção de seu patrimônio jurídico<sup>68</sup>, com a correspondente capacidade de ser parte.

No próximo capítulo, a história do Decreto 24.645/1934 passa a ser apresentada, reforçando a aptidão desse instrumento normativo para assegurar capacidade de ser parte aos animais, na defesa dos seus direitos próprios, garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> CASTRO, João Marcos Adele y, 2006, apud LOURENÇO, Daniel Braga. **Direitos dos animais: fundamentação e novas perspectivas**, p. 519.

<sup>68</sup> LOURENÇO, Daniel Braga. **Direitos dos animais: fundamentação e novas perspectivas**, p. 519.

<sup>69</sup> Nesse sentido, encontram-se também à nível estatal leis que reconhecem direitos aos animais. Por exemplo: SANTA CATARINA. Lei nº 12.854 de 22 de dezembro de 2003. Código Estadual de Proteção aos Animais, Florianópolis, 2003. Disponível em: << [http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2003/12854\\_2003\\_Lei.html](http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2003/12854_2003_Lei.html)>> Acesso em 25 novembro 2018. e PARAÍBA. Lei nº 11.140 de 08 de junho de 2018. Código de Direito e Bem-estar animal do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: << <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361016>>>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

### 3 ORIGEM DA “LEI ÁUREA” DOS ANIMAIS

#### 3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI

O Decreto 24.645/1934 foi uma conquista da União Internacional Protetora dos Animais - UIPA<sup>70</sup>, entidade ainda em atividade, que desde sua fundação se destacou por suas constantes tentativas de diálogo com o Poder Público em todas as esferas de governo, ao propor a criação de leis e regulamentos em favor dos animais e requisitar ação policial para aplicação das normas existentes<sup>71</sup>.

Foi assim, na tentativa de instituir diálogo com o governo, que a UIPA publicou, na edição de 04 de maio de 1934 do Jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>72</sup>, memorial dirigido diretamente ao “Sr. Getúlio Vargas”, então chefe do Governo Provisório, alertando sobre a necessidade de criação de uma lei de proteção aos animais extensiva a todo território nacional, tendo em vista que mesmo diante da existência de leis de proteção esparsas, principalmente municipais, estas, por sua atuação limitada, não atingiam todos os animais existentes no país<sup>73</sup>. “Quase todas as nações do globo possuem leis a respeito, faltando, no concerto dos países cultos, apenas que o Brasil legisle nesse sentido”, relata a publicação da UIPA.

A notícia também destaca de que, em outras oportunidades – em 1912, 1914, 1922 e 1929, foram apresentados ao Congresso Nacional projetos de leis de proteção aos animais, contudo não aprovados, apesar de pareceres favoráveis de diversas comissões do Parlamento.<sup>74</sup>

<sup>70</sup> Fundada em 1895, a UIPA é a associação civil mais antiga do Brasil, responsável pela instituição do Movimento de Proteção Animal no país, no século XIX. Mais informações em: <<http://www.uipa.org.br/historia/>>

<sup>71</sup> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, nº 75, 2017, p. 302.

<sup>72</sup> O ESTADO DE S. PAULO. Proteção aos Animais. Um memorial da União Internacional Protetora dos Animais ao chefe do governo provisório. São Paulo, 4 maio 1934, p.5.

<sup>73</sup> O Decreto 14.529, de 9 de dezembro de 1920, primeiro instrumento normativo de nível nacional a versar sobre a vedação da crueldade animal não era específico sobre o tema. Ao regulamentar as casas de diversão e espetáculos públicos, determinava em seu artigo 5º: “Não será concedida licença para corridas de touros, garraios e novilhos, nem briga de gallos e canários ou quaesquer outras diversões desse genero que causem soffrimentos aos animaes.”

<sup>74</sup> Segundo informações obtidas em contato com a Dra. Vanice Orlandi, Presidente da UIPA, a entidade já havia buscado aprovar o texto do decreto por quatro vezes como lei municipal, sem sucesso. Todavia, em razão do grande lapso temporal entre as tentativas indicadas (1912, 1914, 1922 e 1929) e a aprovação em 1934, é pouco provável que se trate, em todas as tentativas, do mesmo texto que acabou por ser convertido no Decreto 24.645. Seguindo o método de pesquisa utilizado neste trabalho (busca no Acervo Online do Jornal o Estado de S. Paulo, na hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Sistema SIAN do Arquivo Nacional), foram procedidas buscas dos projetos de lei apresentados, em 1912 por Fransico Portela, em 1924 pelo Deputado Luiz de Araújo, em 1922 pelo Senador Abdias Neves e em 1929 pelo parlamentar Graccho Cardoso, sem, todavia, retorno de nenhum resultado acerca dos projetos indicados.

O relato é precioso, pois mostra que a luta pela causa animal no país é fruto de um processo contínuo de atuação organizado em várias frentes, incluindo pressão junto aos legisladores<sup>75</sup>.

A notícia apresenta importantes indícios acerca das fontes materiais do texto apresentado. Ao alertar o Presidente Getúlio Vargas sobre a necessidade de criação de lei específica, a publicação da UIPA aponta diversas legislações estrangeiras orientadas à proteção dos animais: 1) a Bula Papal, editada por Pio V em 1º de novembro de 1507, 2) a Lei de Proteção aos Animais inglesa de 1807, em conjunto com o “Protection Birds Act” de 1933 (“Chapter” 52); 3) a Lei Francesa de 2 de julho de 1850, de autoria do General Delmas de Grammont; 4) a Lei Federal Argentina 2.786, de 1/12/1891; 5) a Lei Suíça, de 19 novembro 1891, regulamentando o transporte de animais em linhas férreas e navios; 6) a Lei Norte- Americana n. 463, “de proteção geral aos seres inferiores”; e, finalmente, o artigo 491 do Código Penal Italiano de 1889.

O texto deixa evidente a admiração dos redatores a respeito da forma como a temática da proteção animal encontrava abrigo na sociedade inglesa. Indica a rainha Vitória como “grande zoophila” e presta homenagens ao Rei Jorge V, por ter declarado, quando príncipe, que suprimiria os freios dos cavalos. Além disso, a publicação transcreve a inscrição do monumento inglês inaugurado em homenagem aos cavalos sacrificados na guerra anglo-boer, qual seja: “A Grandeza de uma nação consiste não só na densidade do seu povo ou na extensão de seu território, mas também na extensão de sua Justiça e de sua compaixão”<sup>76</sup>.

Após as considerações introdutórias acima descritas, na notícia publicada no dia 04 de maio de 1934, a UIPA “pede vênias para submeter à apreciação de v. exa. o projeto de lei incluso, rogando a v. exa. se digne a transformá-lo em lei”, e assim traz o projeto de lei de autoria de Affonso Vidal, então vice-presidente da instituição<sup>77</sup>, integralmente transcrito no jornal.

Na ata da 136ª Sessão do Conselho Diretor da UIPA ficou registrado que, de fato, foi Affonso Vidal o redator do projeto e que o texto já havia sido apresentado anteriormente como projeto de lei municipal<sup>78</sup>.

<sup>75</sup> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX, p. 305.

<sup>76</sup> Tradução da inscrição do “Horse Monument”, em Porth Elizabeth, África do Sul. No original: “The greatness of a nation consists not so much in the number of its people or the extent of its territory as in the extent and justice of its compassion. Erected by public subscription in recognition of the services of the gallant animals which perished in the anglo boer war 1899–1902”

<sup>77</sup> LEVAI, Laerte Fernando. A luta pelos direitos animais no Brasil: passos para o futuro. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v.7, n.10, jan-jun, 2012, p.184.

<sup>78</sup> Ver Anexo 2.

### 3.2 A APROVAÇÃO DO DECRETO-LEI 24.645/1934

Impressionantemente, pouco menos de dois meses após a publicação do projeto no jornal, o seu texto foi integralmente adotado por Getúlio Vargas e pelo Ministro da Agricultura, Juarez Távora<sup>79</sup>, sem qualquer ressalva ou alteração nos dispositivos propostos. Em 10 de julho de 1934, entra em vigor o Decreto n. 24.645<sup>80</sup>, estabelecendo medidas de proteção aos animais<sup>81</sup>. O fato foi comemorado pela UIPA como uma grande vitória. A instituição publicou, no jornal *Correio Paulistano*, de 13 de julho de 1934, a seguinte notícia:

(A UIPA) acaba de receber uma comunicação diretamente do Palácio do Cattete, [...] informando haver o chefe do governo provisório assinado, ontem, o decreto da lei que orientará, em toda a República, a proteção aos animais, e de cujo anteprojeto é autor o Sr. Affonso Vidal, um dos esforçados diretores, da sociedade protetora, segundo notícias veiculadas pela imprensa de S. Paulo em abril último<sup>82</sup>.

A provação do Decreto representou, conforme aponta Antônio Herman Benjamin, uma incursão não-antropocêntrica, ainda na década de 30, muito antes do ambientalismo.<sup>83</sup> Cabe, portanto, analisar brevemente o contexto sociopolítico que permitiu a aprovação de dispositivo tão inovador.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder verificou-se, num quadro geral de mudanças e desejo de modernizar o país, uma onda legisladora que abrangia os mais diversos assuntos. Em janeiro de 1934 o governo Vargas havia promulgado o Código de Caça e Pesca,

<sup>79</sup> Edna Cardozo Dias chegou a publicar que a inspiração do Decreto teria sido de Juarez Távora (DIAS, Edna Cardozo. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte, Mandamentos, 2000, p. 155), mas, posteriormente, apontou a UIPA como detentora da iniciativa (DIAS, Edna Cardozo. A defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil. **Revista de Direito Ambiental**, v. 2, n. 2, 2007. p. 157).

<sup>80</sup> BRASIL. **Decreto 24.645 de 10 de julho de 1934**. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-norma-pe.html>>. Acesso em: 23/10/2018.

<sup>81</sup> Foram procedidas durante a pesquisa histórica buscas nas bases de dados do Arquivo Nacional (SIAN), no Acervo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, na tentativa de encontrar qualquer documento com informações relativas ao período compreendido entre a divulgação do projeto lei pela UIPA e sua aprovação. No mesmo sentido, foram realizados contatos com o Senado Federal, Presidência da República, Casa Civil e Ministério de Agricultura, através do Sistema de Informação ao Cidadão (CIC). Em nenhum dos casos foi encontrado qualquer documento que indique a forma como a matéria foi tratada pelo governo Getúlio Vargas até a aprovação efetiva do Decreto 24.645. Comprovantes das buscas podem ser conferidos no Anexo 1 deste trabalho.

<sup>82</sup> CORREIO PAULISTANO. **União Internacional Protectora dos Animais**, São Paulo, n. 24017, 12 de julho de 1934, p.7

<sup>83</sup> BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. **Caderno jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo**. a. 1, v. 1. n. 02, São Paulo, Jul. 2001. p. 155.

que, entre outros assuntos, proibia métodos cruéis de captura<sup>84</sup>. Contudo, trava-se de amparo restrito e orientado a atividade que visava matar a aprisionar os animais. Os associados da UIPA julgaram que seria um bom momento para apresentar seu projeto, pois Vargas vinha mantendo a tendência de atender as demandas de diversos grupos sociais e com isso angariar apoio de membros destacados e influentes da sociedade.<sup>85</sup>

Além disso, mesmo que o texto do Decreto 24.645/1934 tenha sido assinado ainda sobre a égide do Governo Provisório<sup>86</sup>, não se pode negar que sua aprovação está inserida no contexto do debate político que envolveu a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, em cujo bojo ficou apontado um papel diferenciado para o Estado em relação a normatização do meio ambiente, embora não houvesse uma proteção e uma atribuição de competências claras em relação à matéria<sup>87</sup>.

Naquele momento histórico, a defesa do ambiente possuía finalidade amplamente diferente da hoje reconhecida. Neste sentido, afirma Fernanda Medeiros<sup>88</sup>:

(...)os elementos da natureza tinham por escopo a racionalização econômica das atividades de exploração dos recursos naturais, de forma alguma pretendiam promover a defesa ambiental, tal como hoje a entendemos. De qualquer sorte, apesar de não possuírem uma visão holística do ambiente e nem uma conscientização de preservacionismo, por intermédio de um desenvolvimento técnico-industrial sustentável, essas Cartas tiveram o mérito de ampliar, de forma significativa, as regulamentações referentes ao subsolo, à mineração, à flora, à fauna, às águas, dentre outros itens de igual relevância.

Sob enfoque ambiental e no contexto pós-Revolução de 30, a Constituição de 1934 pode ser caracterizada como um texto sem unidade ideológica, diante de pressupostos herdados da Carta Mexicana de 1917 e da Lei Fundamental de Weimar (1919). Assim, mesmo tendo sido

<sup>84</sup> BRASIL. Decreto-lei 23.672, 2 jan. 1934. disponível em: << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>> Acesso em 25 de novembro de 2018.

<sup>85</sup> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX, p. 305.

<sup>86</sup> O Governo Provisório foi instituído pelo Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930: “Art. 1º O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país”.

<sup>87</sup> MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; HESS, Giovana Albo. Proteção jurídica aos animais no Brasil: reflexões entre o decreto nº 24.645/34 e o projeto de lei do Senado federal nº 351/15. **Revista de Biodireito e Direito dos animais**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 20 - 35, Jan/jun. 2016, p. 22.

<sup>88</sup> MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; HESS, Giovana Albo. Proteção jurídica aos Animais no Brasil: reflexões entre o decreto nº 24.645/34 e o projeto de lei do Senado federal nº 351/15, p. 23.

promulgado seis dias antes do texto constitucional de 1934, é nesta conjuntura que surge a primeira lei geral que estabelece medidas de proteção aos animais no nosso país.<sup>89</sup>

Conforme dito acima, a aprovação do Decreto 24.645/1934 foi alardeada pela UIPA como uma grande vitória da associação, mesmo porque no texto aprovado ficou garantida a centralidade das associações protetoras dos animais ao lado do Poder Público. O artigo 2º, § 3º as colocou junto ao Ministério Público, como representantes/assistentes dos animais em juízo.<sup>90</sup> Este dispositivo inaugura um novo paradigma para o direito animal brasileiro, possibilitando, pela primeira vez, a consideração dos animais como sujeitos de direitos<sup>91</sup>. O art. 16 também consagra a importância das entidades de proteção ao prever que “as autoridades federais, estaduais e municipais prestarão aos membros das sociedades protetoras de animais a cooperação necessária para fazer cumprir a presente lei”.

Com o Decreto, todos os animais existentes no país passaram a ser tutelados pelo Estado (artigo 1º) e ficaram tipificadas práticas consideradas pela lei como maus-tratos (art. 3º). Desta forma, quem praticasse maus-tratos estaria sujeito a penas de multa e prisão de 2 a 15 dias (art. 2º).

Mas, mesmo diante do enorme avanço para tutela dos animais não-humanos trazido pelo Decreto, conforme analisa Natascha Stefania Carvalho de Ostos<sup>92</sup>, dos 31 dispositivos relativos aos maus-tratos, pelo menos 20 tipificações se aplicavam a animais usados como força de trabalho, o que evidencia um critério de *utilidade progressiva*, que atribui maior importância aos animais na medida da proximidade deles com os humanos e com as relações diárias de trabalho. No mesmo sentido, o texto do artigo 17 define “A palavra animal, da presente lei, compreende todo ser irracional, quadrupede ou bípede, doméstico ou selvagem, exceto os daninhos”, excluindo da tutela da lei aqueles animais prejudiciais à produção humana, como é o caso das cobras e demais animais considerados daninhos. Em princípio, o Decreto também exclui os animais aquáticos.

<sup>89</sup> MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; HESS, Giovana Albo. Proteção jurídica aos Animais no Brasil: reflexões entre o decreto nº 24.645/34 e o projeto de lei do Senado federal nº 351/15, p. 23.

<sup>90</sup> Art. 2º, §3º. “Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais”.

<sup>91</sup> Segundo Danielle Tetü Rodrigues, os animais são sujeitos de direito *sui generis*. Neste sentido, ao considerar que o MP é legítimo para substituir as partes para as quais atua em nome próprio, o legislador não só atribuiu importante relevância ao órgão, mas também reconheceu que os animais não são meramente “coisas” como se abstrai do Código Civil. **O direito & os animais**: Uma abordagem ética, filosófica e normativa, p. 124-125.

<sup>92</sup> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX, p. 306.

Outra exceção de utilidade foi inserida no inciso XXVIII do artigo 3º, que proíbe o exercício de tiro sobre patos ou qualquer animal selvagem, mas *exceto pombos*, nas sociedades, clubes de caça, inscritos no Serviço de Caça e Pesca<sup>93</sup>.

É possível alegar, desta forma, um certo *especismo seletista*<sup>94</sup>, presente tanto nas práticas tipificadas pelo artigo 3º, quanto na definição de animal trazida pelo artigo 17, pois demonstram um conjunto de escolhas que favorece os interesses de algumas espécies em detrimento das demais.

Com essas ressalvas feitas, não se pode negar a “evidente e (surpreendente!)” orientação biocêntrica do Decreto 24.645/1934, “promulgado na mesma década do nosso primeiro Código Floresta, extremamente antropocêntrico”.<sup>95</sup>

De todo modo, é notável a influência exercida pela União Internacional Protetora dos Animais, ao propor e ter transformando em lei federal o projeto de sua autoria, colocando no ordenamento jurídico pela primeira vez uma série de dispositivos destinados aos animais não-humanos existentes no território brasileiro.

A partir de sua edição, a UIPA começou a trabalhar na distribuição e efetivação do Decreto. O objetivo da organização era o de influenciar o maior número de pessoas em relação à necessidade de proteção dos animais<sup>96</sup>.

Em publicação no *Correio Paulistano*, de 13 de maio de 1938, consta que

[...] só o Sr. Vidal, distribuiu no segundo semestre do ano de 1934, a expensas suas, para mais de 20.000 exemplares da “Lei Áurea dos Animais”, enviando-os, indistintamente a todas as autoridades estaduais e municipais, centros religiosos e educativos, a juízes e notadamente aos jornais de todo o Brasil, grande partes dos quais transcreveram em suas colunas a lei, pela U.I.P.A. A denominada Lei-Vidal [...]”<sup>97</sup>.

<sup>93</sup> Neste sentido, interessante notícia publicada na edição de 21 de setembro de 1934 do *Correio da Manhã*, na qual os integrantes de determinado clube de tiro ao alvo comemoram a ação da UIPA, que “sabiamente exceptuara o tiro aos pombos da proibição”. *Correio da Manhã*. Inaugurado hontem o stand do S.C. tiro ao voo, Rio de Janeiro, 21 setembro 1934, ed. 12216, p.10.

<sup>94</sup> Nas palavras de Heron José de Santana Gordilho: “Em verdade, podemos identificar dois tipos distintos de especismo: o especismo eletista, que é o preconceito do ser humano para com todas as espécies não humanas e o especismo celetista, quando apenas algumas espécies são alvo de preconceito e discriminação.” (GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**, p.17.)

<sup>95</sup> BENJAMIN, Antônio Herman Vasconcellos. A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso, p.155.

<sup>96</sup> Das 55 publicações referentes ao Decreto levantadas na pesquisa deste trabalho, 17 (30,9% do total de notícias analisadas) são publicações, republicações e divulgações do Decreto, realizadas pela UIPA e por outras entidades de proteção aos animais ao redor do país. Conforme pode se observar no Apêndice 2, os registros apontam que os esforços de propagação do conteúdo não se limitaram ao eixo sul-sudeste, mas atingiram as mais diversas regiões do Brasil.

<sup>97</sup> CORREIO PAULISTANO. **A proteção aos animaes no Brasil**, São Paulo, ano LXXXIV, n.25.206, 13 maio 1938, p.12.



A alusão à *Lei Áurea* aparece, pela primeira vez, na publicação de 30 de outubro de 1934 do *Jornal da Tarde*, no texto da notícia em que a UIPA informa que o Chefe do Governo Provisório decretou lei de proteção aos “seres inferiores” e indica que a publicação da “Lei Áurea dos Animais” “prestará um serviço à coletividade, promovendo a cultura e desenvolvendo os bons sentimentos em aqueles que, por ignorância ou maldade até aqui tem negado direitos aos entes que por natureza são mudos e indefensáveis”.

Oportuna a análise de Natascha Stefania Carvalho de Ostos acerca do termo *Lei Áurea*:

A comparação com a lei áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, remetia à condição de submissão dos animais do país, pressupondo a vigência de situações de crueldade, exploração, abuso e dominação injusta; mais do que isso, insinuava que circunstâncias de vida tidas como arbitrárias e iníquas para os seres humanos tampouco poderiam prevalecer para os animais. Em que pese o impacto da comparação, a lei não deixou de circunscrever, na própria definição de animal, quais bichos estariam sob o seu amparo, procurando mais regular a forma de usar o trabalho dos animais do que abolir a sua exploração<sup>98</sup>.

Pontuadas as críticas aos critérios de *utilidade progressiva* aparentes no texto do Decreto e as características de *especismo seletista* em relação à escolha dos animais tutelados, não podemos esquecer que a promulgação ocorreu nos anos de 1930, conforme asseverado por Antônio Herman Benjamin, “muito antes da era do ambientalismo” e, desta forma, o Decreto surge como verdadeiro divisor de águas que marca, nas palavras de Laerte Fernando Levai, “o início de uma nova consciência. Tempo de Despertar...”<sup>99</sup>

Neste sentido, a referência à Lei Áurea parece ir ao encontro do significado que pode ser extraído ainda hoje do Decreto 24.645/1934, pois assim como a abolição da escravidão humana no Brasil se deu por etapas bem definidas (proibição do tráfico em 1831, para a libertação do ventre (1871), lei dos sexagenários (1885), até a abolição total em 1888), também o movimento do abolicionismo animal encontra na aprovação do Decreto seu marco legislativo inaugural, não só por definir condutas consideradas como cruéis, mas principalmente por oferecer o reconhecimento da capacidade de ser parte dos animais (art. 2º, §3º), do que decorre sua consideração como sujeitos de direito individualmente considerados e não como fauna em abstrato ou como ambiente natural<sup>100</sup>. Deste modo, possibilita de forma mais efetiva a defesa dos direitos básicos inerentes a cada animal não-humano ao conceder a prerrogativa de exigir

<sup>98</sup> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX, p.307.

<sup>99</sup> LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**, p.30.

<sup>100</sup>LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**, p.31

em juízo, mediante assistência, os deveres correlatos. Assim, a Lei Áurea animal, desde sua promulgação, e ainda hoje, representa o passo inicial para a efetiva abertura das jaulas<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup>A expressão vem de REGAN, Tom. **Jaulas vazias**. Porto Alegre: Lugano, 2006.

## 4 VIGÊNCIA DO DECRETO 24.645/1934

### 4.1 INEFICÁCIA DA REVOGAÇÃO VIA DECRETO EXECUTIVO

Em 1991, o presidente da República Fernando Collor de Mello revogou, via Decreto 11, de 18 de janeiro de 1991<sup>102</sup>, diversos atos governamentais editados por governos anteriores, entre eles o Decreto 24.645/1934.

Ocorre que, na época em que foi publicado, o Decreto 24.645 possuía força de lei, em sentido formal, de maneira que só poderia ser revogado por outra lei em sentido formal, agora aprovada no Congresso Nacional.

Evidencia-se a força legal formal do Decreto 24.645/1934 a partir da diferenciação da natureza jurídica do Decreto presidencial e da Lei.

Enquanto a lei é ato normativo primário que institui direitos e cria obrigações, cuja edição é função típica do Poder Legislativo<sup>103</sup>, o Decreto figura como espécie de ato regulamentar (regulamento executivo) de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, expedido com a finalidade de produzir as disposições operacionais uniformizadoras necessárias à execução de lei, cuja aplicação demande atuação da administração. A lei, portanto, possui supremacia em relação ao regulamento. A lei inova em caráter inicial (originariamente) a ordem jurídica, enquanto o regulamento não a altera. Assim, a lei é fonte primária do direito, ao passo que o regulamento é fonte secundária<sup>104</sup>.

Há, porém, espécie de assunção, pelo Poder Executivo, da atividade legislativa, mediante outorga do poder direto de legislar. Ao mecanismo de outorga ao Executivo de uma parcela da função legislativa (o direto poder de legislar), dá-se o nome genérico de Decreto-Lei.<sup>105</sup>

O Decreto 24.645, de 10 de julho de 1934, foi editado sob a égide do Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930, que estabeleceu o Governo Provisório e atribuiu ao Presidente da República as funções do Poder Executivo e do Poder Legislativo, até a promulgação de nova

<sup>102</sup>BRASIL. Decreto 11, de 18 de janeiro de 1991. Diário Oficial da União, Seção 1, 21/1/1991, Página 1513 (Publicação Original). Disponível em: << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-11-18-janeiro-1991-342571-publicacaooriginal-1-pe.html> >> Acesso em: 20 out. 2018.

<sup>103</sup>MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 10 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 904 (*e-book*).

<sup>104</sup>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 343.

<sup>105</sup>TÁCITO, Caio. Medidas provisórias na Constituição de 1988, Rio de Janeiro, **Revista de Direito Público**, 90/52, abr. /jun. 1989.

Constituição<sup>106</sup>. Assim, o Presidente Getúlio Vargas, ao editar Decreto estabelecendo medidas de proteção aos animais não-humanos, claramente realizou atividade normativa primária, tendo em vista a inovação trazida ao ordenamento jurídico pelos dispositivos do Decreto 24.645/1934.

Getúlio Vargas, portanto, exerceu a faculdade a ele concedida pelo instrumento de instituição do Governo Provisório e emitiu o Decreto 24.645/1934 com força de lei.

Ainda que a denominação *Decreto-Lei* tenha aparecido no ordenamento brasileiro originalmente somente na Constituição outorgada de 1937 (art. 12 e 13)<sup>107</sup>, fica evidente, por se tratar de ato emanado do Poder Executivo, quando este acumula funções do legislativo, a correspondência conceitual entre o dispositivo em análise e definição de Decreto-Lei. Mais adequado, portanto, seria chamar de *Decreto-Lei 24.645/1934*.

Permanece, desta forma, em vigor o Decreto 24.645/1934, pois, conforme defende Antônio Herman Benjamin, somente lei aprovada pelo Congresso Nacional poderia revogá-lo<sup>108</sup>.

Não se defende aqui, contudo, a vigência integral do Decreto da forma em que foi originalmente editado, pois já na década de 1940, a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41) transformou em contravenção penal a crueldade com animais, cominando aos infratores penas e multas, nos termos de seu artigo 64 (já revogado) e, posteriormente, sob égide de nossa atual constituição, que trouxe expressa a proibição a crueldade (art. 225, §1º, inciso VII), a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998), nos termos do artigo 32<sup>109</sup>, passou a considerar a crueldade contra os animais como infração penal, revogando, portanto o artigo 64 da Lei de Contravenções, que regulava a mesma situação.

Ocorre que o artigo 32 da LCA tipificou, mas não definiu, o que se deve entender por maus-tratos, esta parte definida pelo Decreto 24.645/1934. Assim, conforme sustenta José Henrique Pierangeli, em parecer acerca da vigência do Decreto, “a lei nova recepciona conceitos e definições que não foram expressamente – e só por essa forma poderiam sê-lo –, revogados”<sup>110</sup>.

<sup>106</sup> “Art. 1º O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país.”

<sup>107</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de direito constitucional**, p. 914.

<sup>108</sup> BENJAMIN, Antônio Herman Vasconcellos. A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso, p.155.

<sup>109</sup> “Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.”

<sup>110</sup> PIERANGELI, José Henrique. Parecer em direito penal ambiental. **Justitia**, São Paulo: Procuradoria Geral de Justiça; Associação Paulista do Ministério Público, v.60, n.181/184, p. 38-59, jan./dez., 1998. p. 56;

Desta forma, “com exceção feita ao superado sistema de penas ali previsto, o Decreto 24.645/34 não foi revogado por nenhuma lei posterior, nem expressa, nem tacitamente”<sup>111</sup>.

Ademais, a tipologia de práticas cruéis trazida pela Decreto 24.645, mesmo que não represente as práticas cruéis da atualidade, pode servir como elemento interpretativo para os tipos penais mais abertos e genéricos hoje definidos<sup>112</sup>.

Melhor dizendo, somente os artigos (ou parte deles) que estabelecem crimes e suas respectivas penas foram revogados implicitamente pelo art. 32 da Lei 9.605/1998. São estes os artigos 2º (caput<sup>113</sup> e §§ 1º), 8º, 10, 11, 12 e 15. Permanecendo em vigor os demais artigos, inclusive o §3º, do artigo 2º, como dispositivo orientado a tutelar a capacidade processual *lato sensu* dos animais não-humanos.

## 4.2 APLICABILIDADE DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO

A revogação operada por meio de decreto executivo pelo presidente Collor foi ineficaz, pois, diante da força de lei que reveste o Decreto 24.645, somente outra lei em sentido formal poderia revogá-lo. Além disso, mesmo havendo aqueles que sustentam que a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) o substituiu por inteiro<sup>114</sup>, restou demonstrado que, exceção feita ao sistema de penas previsto, o decreto permanece em vigor.

Com efeito, um outro questionamento deve ser realizado: seria possível suprimir a capacidade de ser parte e a condição de sujeitos de direito dos animais outorgada pelo artigo 2º, §3º do Decreto 24.645/1934? Ou melhor, a simples alteração legislativa poderia reduzir direitos concedidos aos animais, diminuindo o alcance protetivo?

Em decorrência do princípio da vedação ou proibição ao retrocesso a resposta parece ser negativa, conforme se passa a fundamentar.

Inicialmente, percebe-se que, da mesma forma que ao vetar “práticas que submetam os animais a crueldade” o legislador constitucional estabeleceu norma autônoma, não somente orientada à proteção do meio ambiente, ainda assim o artigo 225, §1º, VII está inserido no capítulo “Do meio ambiente”, também submetendo-se às regras de proteção ambiental.

<sup>111</sup> LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**, p. 30.

<sup>112</sup> ATAIDE JR, Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro, p. 55.

<sup>113</sup> O art. 2º caput permanece vigente em relação a sua parte final, para orientar ações civis que tenham por objeto a repressão de práticas cruéis. (Art. 2º, caput: “Aquele que, em lugar público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus tratos aos animais, incorrerá em multa de 20\$000 a 500\$000 e na pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinquente seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa caber”).

<sup>114</sup> HACHEM. Daniel Under; GUSSOLI, Felipe Klein. Animais são sujeitos de direito no ordenamento jurídico brasileiro?, p.158.

Conforme sustentou o Ministro Luiz Roberto Barroso no julgamento que considerou inconstitucional lei cearense que regulamentou a prática da vaquejada:

Ao vetar “práticas que submetam animais a crueldade” (CF, art.225, § 1º, VII), a Constituição não apenas reconheceu os animais como seres sencientes, mas também reconheceu o interesse que eles têm de não sofrer. A tutela desse interesse não se dá, como uma interpretação restritiva poderia sugerir, tão-somente para a proteção do meio-ambiente, da fauna ou para a preservação das espécies. A proteção dos animais contra práticas cruéis constitui norma autônoma, com objeto e valor próprios.<sup>115</sup>

O texto constitucional, desta forma, reconhece a existência de um fim em si mesmo inerente a outras formas de vida, atribuindo-lhes um valor intrínseco (dignidade), que igualmente implica um conjunto de deveres para o ser humano<sup>116</sup>. Neste sentido, resta evidente a fundamentalidade do direito dos animais e por conta disso “os direitos e liberdades dos homens estão limitados pelos direitos dos animais”<sup>117</sup>.

Mas mesmo que alguém possa questionar a existência de autênticos direitos, há de se reconhecer ao menos a possibilidade de interesses fundamentais juridicamente tuteláveis. É assim, pois, que a dignidade da pessoa humana também deve ser analisada a partir da sua dimensão ecológica, contemplando a qualidade de vida como um todo, inclusive do ambiente em que a vida humana e também a não-humana se desenvolve. Neste sentido, o conteúdo da dignidade humana deve se ampliar para atingir padrões de qualidade e segurança ambiental mais amplos, não somente dirigidos à sobrevivência ou existência ecológica<sup>118</sup>.

Ainda mais abrangente do que a proteção contra crueldade animal, a proteção constitucional de espécies ameaçadas de extinção é reveladora do reconhecimento de um valor próprio às espécies não-humanas, que não se relaciona (ao menos não diretamente) a nenhum benefício existencial humano. Portanto, a admissão de uma dimensão objetiva de proteção, reconhecendo, de certa forma, um valor - “que também, por implicar em deveres jurídicos de tutela e promoção, poderia muito bem ser denominado ‘dignidade’”<sup>119</sup>.

<sup>115</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4983/CE . *Declaração de inconstitucionalidade da vaquejada*. Relator: Min. Marco Aurélio Melo. Diário de Justiça Eletrônico, 06 de outubro 2016, p. 40.

<sup>116</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Salvador, v. 2, n. 3, p. 69-94, jul./dez. 2007. p. 77

<sup>117</sup> DIAS, Edna Cardozo. Leis e animais: direitos ou deveres. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 8, n. 8, jan.-jun. 2011, p. 301.

<sup>118</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral, p. 74.

<sup>119</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral, p. 88.

A dignidade humana implica dever de respeito e consideração para com a vida não-humana e o reconhecimento de uma dignidade (valor intrínseco) das formas não-humanas de vida, visto que a dignidade da pessoa humana, embora tenha uma dimensão ecológica, não se confunde com a dignidade da vida, o que também deve ser sempre considerado na discussão sobre eventual embate entre direitos humanos e fundamentais e os interesses (ou direitos) inerentes à vida não-humana<sup>120</sup>.

É sob o contexto da dignidade ecológica da pessoa humana que surge a impossibilidade de redução ou supressão do direito animal de defender seus direitos (ou interesses) em juízo, concedido aos animais pelo Decreto 24.645/1934. Desta forma é claro que mesmo tendo sido aprovado muito antes da Constituição de 1988, o Decreto 24.645/1934 foi por ela recepcionado<sup>121</sup>, por estar em consonância com seus preceitos. Evidencia-se a compatibilidade do Decreto com o texto constitucional através da interpretação do artigo 225, §1º, VII, que determina expressamente incumbir ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Em outras palavras, como a possibilidade de exigir em nome próprio (por representante) o cumprimento de normas fundamentais permite equilibrar o contraditório, garantindo o devido processo legal e a ponderação dos interesses não-humanos<sup>122</sup>, esta permissão legal concedida pelo art. 2º, §3º do Decreto 24.645/1934 possui amparo no texto constitucional caracterizando-se como ferramenta para efetivação da proibição à crueldade e da proteção da fauna.

Não é por outra razão, portanto, que qualquer medida tendente a abolir ou restringir direitos ambientais é vedada pela proibição ao retrocesso socioambiental, princípio constitucional implícito, tendo como fundamento, assim como ocorre com o princípio da vedação ao retrocesso social, entre outros, o princípio do Estado Democrático e Social de Direito, o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras de direitos fundamentais, o princípio da segurança jurídica e de seus desdobramentos e o dever de progressividade em matéria de direitos sociais,

<sup>120</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral, p. 92.

<sup>121</sup> O fenômeno da recepção corresponde a uma revalidação das normas que não desafiam, materialmente, a nova Constituição (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de direito constitucional**, p. 109)

<sup>122</sup> SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual, p. 333.

econômicos e ambientais<sup>123</sup>. Assim, a proibição de retrocesso, conforme ensinam Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer, diz respeito a uma garantia de proteção dos direitos fundamentais (incluindo a dignidade socioambiental da pessoa humana) contra atuação do legislador, tanto em matéria constitucional quanto infraconstitucional e também em face da atuação da administração pública. De modo especial, se tratando de matéria infraconstitucional, a vedação ao retrocesso se aplica quando houver medidas legislativas que impliquem supressão ou restrição no plano de garantias e dos níveis de tutela já existentes<sup>124</sup>.

A proibição ao retrocesso, desta forma, assegura o controle da atos que venham a provocar supressão ou restrição dos níveis de efetividade vigentes dos direitos fundamentais.

Nas palavras de Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer:

Resulta perceptível, portanto, que a proibição de retrocesso atua como baliza para a impugnação de medidas que impliquem supressão ou restrição de direitos fundamentais (liberais, sociais e ecológicos) e que possam ser compreendidas como efetiva violação de tais direitos, os quais, por sua vez, também não dispõem de uma autonomia absoluta no sistema constitucional, sendo, em boa parte e em níveis diferenciados, concretizações da própria dignidade da pessoa humana.<sup>125</sup>

Diante desse cenário é que se propõe, portanto, a impossibilidade da revogação do Decreto 24.645/1934 (em especial do art. 2º, §3º), não somente por ter sido formalmente operada de forma ineficaz por decreto executivo, mas também, e seria o caso mesmo que a revogação tivesse sido operada por edição de lei aprovada pelo Congresso Nacional, por ser o Decreto definidor de regras que protegem direitos fundamentais, resumindo-se ao único dispositivo legal que expressamente estabelece a capacidade de ser parte dos animais não-humanos e, portanto, pode possibilitar maior efetivação do valor constitucional da proibição da crueldade com animais e da proteção da fauna. Esta mesma conclusão, conforme pretende-se demonstrar, pode ser alcançada pela aplicação da proibição do retrocesso socioambiental, seja concebendo os animais como titulares de direitos fundamentais<sup>126</sup>, seja pela lente da proteção da dignidade ecológica da pessoa humana.

<sup>123</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Notas sobre a proibição de retrocesso em matéria (socio) ambiental. In: BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); **Colóquio Internacional sobre o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental**, Brasília, 2012, p. 143.

<sup>124</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Notas sobre a proibição de retrocesso em matéria (socio) ambiental, p. 143.

<sup>125</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Notas sobre a proibição de retrocesso em matéria (socio) ambiental, p.151.

<sup>126</sup> Reforça esta afirmação o entendimento de que o direito fundamental à existência digna é direito individual, e nesta condição é cláusula pétrea não podendo ser objeto de proposta tendente a aboli-lo (art. 60, §4º, IV, Constituição Federal). (ATAIDE JR, Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro, p. 53.)



## 5 POSSÍVEIS FONTES MATERIAIS E USOS PRÁTICOS DO DECRETO 24.645/1934 NA TUTELA DOS ANIMAIS

### 5.1 POSSÍVEIS FONTES MATERIAIS

O Decreto 24.645/1934 ofereceu inovador instrumento de defesa ao considerar todos os animais do país como tutelados do Estado (art. 1º), definir um mecanismo de penas e multas para os que praticassem maus tratos (art. 2º), tutelar a capacidade de ser parte dos animais (art. 2º, §3º), regular e conceituar o que são maus-tratos de forma vanguardista, muitos anos antes da previsão constitucional do artigo 225, §1º, VII da Constituição Federal de 1988 (art. 3º) e definir limites para a utilização de animais em práticas laboratoriais (artigos 4º, 5º, 6º e 7º).

Ademais, conforme demonstrado, com exceção ao sistema de penas, o Decreto não foi revogado por nenhuma lei posterior, nem expressa, nem tacitamente, mesmo que as situações de crueldade ali definidas possam hoje ser enquadradas como crime ambiental. Assim, cabe averiguar rapidamente as possíveis influências que inspiraram Affonso Vidal na redação de tantos dispositivos inovadores.

Como já mencionado, na edição de 04 de maio de 1934 do Jornal o *Estado de S. Paulo*, mesma data em que foi apresentado o projeto de lei que veio a se transformar no Decreto, são indicadas diversas legislações estrangeiras que há muito tempo tutelavam os interesses dos animais.

Evidente a admiração expressada pelos dirigentes da UIPA em relação à forma com que o ordenamento jurídico inglês vinha tratando o tema da proteção dos animais. Apontam que, na Grã-Bretanha, em 17 de novembro de 1933, foi sancionado pelo Rei Jorge V o Ato de Proteção aos Pássaros (*Protection of Birds Act*), “proibindo a captura, transporte posse ou venda de qualquer pássaro nativo do país e os migrantes de ou para o mesmo”<sup>127</sup>.

Apesar de não indicado na notícia, o primeiro dispositivo sistematizado de proteção aos animais no Reino Unido recebeu aprovação real em 11 de agosto de 1911. O *Protection of Animals Act*<sup>128</sup> consolidou, alterou e estendeu leis anteriores algum tipo de proteção aos animais. Diante da similaridade de alguns dispositivos, é provável que esse ato tenha influenciado o texto do Decreto 24.645/1934, pois comparando os dois instrumentos legais é

<sup>127</sup> O ESTADO DE S. PAULO. **Proteção aos animais:** Um memorial da União Internacional Protetora dos Animais ao chefe do governo provisório, São Paulo, 4 mai; 1934, p.5.

<sup>128</sup> **Reino Unido.** Protection of Animals Act 1911 (Chapter 27 1 and 2 Geo 5). Disponível em: << <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/1-2/27> >> Acesso em: 25 out. 2018.

possível identificar semelhanças nos atos tipificados como maus-tratos no Decreto 24.645/1934 com aqueles assim considerados no *Protection of Animals Act*.

Dentre as condutas consideradas como crueldade com os animais pelo *Animals Act*, tem-se: bater com crueldade, chutar, maltratar, submeter a percursos exaustivos (quando o animal for usado para montaria ou carga), torturar, enfiar, aterrorizar, causar sofrimento desnecessário; transportar animais de forma ou em posição que causem sofrimento desnecessário; causar, procurar ou auxiliar; provocar ou dar assistência a lutas ou combates (*fighting or baiting*) de qualquer animal administrar veneno ou qualquer produto que cause sofrimento ao animal sem nenhuma causa razoável; submeter a qualquer tipo de intervenção cirúrgica realizada sem cuidado e humanidade.<sup>129</sup>

Nos termos do *Animals Act*, qualquer pessoa que incidisse nestas condutas seria considerada culpada por crueldade contra animais e teria que arcar com multa e poderia ser, alternativamente ou em conjunto, submetida à prisão, com ou sem trabalhos forçados, por até seis meses.

Já nos incisos do artigo 3º do Decreto 24.645/1934 pode-se observar certos incisos com redação semelhante a do *Animals Act*:

Art. 3º Consideram-se maus tratos:

I—praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

III —obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato

<sup>129</sup> Tradução livre de partes do texto original, qual seja: 1.-(I) If any person- (a) shall cruelly beat, kick, ill-treat, over-ride, over-drive, over-load; torture, infuriate, or terrify any animal, or, shall cause or procure, or, being the owner, permit any animal to be so used, or shall, by wantonly or unreasonably doing or omitting to do any act, or causing or procuring the commission or omission of any act, cause any unnecessary suffering, or, being the owner, permit any unnecessary suffering to be so caused to any animal ; or (b) shall convey or carry, or cause or procure, or, being the owner, permit to be conveyed or carried, any animal in such manner or position as to cause that animal any unnecessary suffering ; or (c) shall cause, procure, or assist at the fighting or baiting of any animal ; or shall keep, use, manage, or act or assist in the management of, any premises or place for the purpose, or partly for the purpose, of fighting or baiting any animal, or shall permit any premises or place to be so kept, managed, or used, or shall receive, or cause or procure any person to receive, money for the admission of any person to such premises or place ; or (d) shall wilfully, without any reasonable cause or excuse, administer, or cause or procure, or being the owner permit, such administration of, any poisonous or injurious drug or substance to any animal, or shall wilfully, without any reasonable cause or excuse, cause any such substance to be taken by any animal ; or (e) shall subject, or cause or procure, or being the owner permit, to be subjected, any animal to any operation which is performed without due care and humanity; such person shall be guilty of an offence of cruelty within the meaning of this Act, and shall be liable upon summary conviction to a fine not exceeding twenty-five pounds, or alternatively, or in addition thereto, to be imprisoned, with or without hard labour, for any term not exceeding six months.

que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;

IV –golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido de economia, exceto a castração, só para animais domésticos, ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal e as exigidas para defesa do homem, ou no interesse da ciência;

XXII–ter animais encerrados juntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;

XXIX – realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e simulacros de touradas, ainda mesmo em lugar privado;

O *Animals Act* de 1911 também determinava, sob pena de multa, nos casos de aprisionamento e confinamento de animais por períodos superiores a seis horas, a obrigação de fornecer quantidade suficiente de comida e água<sup>130</sup>.

Tem-se, no Decreto 24.645/1934, dispositivos com vedações semelhantes, quais sejam:

Art. 3º. Consideram-se maus tratos:

XX –encerrar em curral ou outros lugares animais em úmero tal que não lhes seja possível moverem-se livremente, ou deixá-los sem água e alimento mais de 12 horas;

XXIV – expor, nos mercados e outros locais de venda, por mais de 12 horas, aves em gaiolas; sem que se faça nestas a devida limpeza e renovação de água e alimento.

Há, ainda, no Decreto, outros dispositivos que guardam semelhanças com os itens do *Animals Act* de 1911. Contudo, o objeto aqui não é fazer uma profunda análise comparativa, mas somente demonstrar, seguindo os indícios trazidos pelas notícias pesquisadas, a possível influências britânicas no texto do Decreto.

Além da manifesta admiração pela legislação do Reino Unido, outras legislações são citadas na parte introdutória da notícia publicada pela UIPA. Entre elas, a Lei Federal Argentina 2.786, de 25 de julho de 1891, o art. 491 do Código Penal Italiano de 1889 e a Lei francesa de 2 de julho de 1850 sobre maus-tratos a animais domésticos.

Passamos breve análise dos dispositivos citados.

<sup>130</sup> 7.-(1) Any person who impounds or confines, or causes to be impounded or confined, any animal in any pound shall, while the animal is so impounded or confined, supply it with a sufficient quantity of wholesome and suitable food and water, and, if he fails to do so, he shall be liable upon summary conviction to a fine not exceeding five pounds. (2) If any animal is impounded or confined in any pound and is without sufficient suitable food or water for six successive hours, or longer, any person may enter the pound for the purpose of supplying the animal therewith.

Na Lei Federal Argentina 2.786, de 25 de julho de 1891<sup>131</sup>, o art. 2º contém a orientação expressa para que as autoridades cooperem com as entidades protetoras dos animais:

ARTÍCULO 2.- En la capital de la República y Territorios Nacionales, las autoridades policiales prestarán a la Sociedad Argentina Protectora de los Animales, la cooperación necesaria para hacer cumplir las Leyes, reglamentos y ordenanzas dictadas o que se dicten en protección de los animales, siendo de la competencia de las mismas, el juicio y aplicación de las penas en la forma en que lo hacen para las contravenciones policiales.

No mesmo sentido, o artigo 16 do Decreto determina: “As autoridades federais, estaduais e municipais prestarão aos membros das sociedades protetoras de animais a cooperação necessária para fazer cumprir a presente lei”.<sup>132</sup>

A Lei francesa, de 2 de julho de 1850, sobre maus-tratos de animais domésticos tratava do assunto da seguinte forma:

Artigo único. Serão punidos com uma multa de cinco a quinze francos, e podem ser punidos com pena de prisão de um a cinco dias, aqueles que exercerem publicamente e abusivamente tratamentos ruins a animais domésticos. A pena de prisão será sempre aplicada em caso de reincidência.

O artigo 483 do código penal será sempre aplicável”<sup>133-134</sup>.

Este dispositivo, em conjunto com a parte final do item 1 do *Protection of Animals Act*, pode ter influenciado o sistema de determinação de penas trazido pelo artigo 2º do Decreto 24.645<sup>135</sup> e também a previsão de agravamento de pena, seja nos casos de multa ou prisão, que deveriam ser dobrados nos casos de reincidência ou morte do animal (art. 15<sup>136</sup>).

<sup>131</sup> **Argentina.** Lei 2.786 de 25 de julho de 1891. Buenos Aires, 1891.

<sup>132</sup> O artigo 1 da Lei argentina traz a previsão de multa, mas, diferentemente do art. 2º do Decreto 24.645/1934, não prevê qualquer tipo de prisão em caso de maus-tratos dos animais: “ARTÍCULO 1.- Declárase actos punibles los malos tratamientos ejercitados con los animales, y las personas que los ejerciten sufrirán una multa de dos a cinco pesos, o en su defecto arresto, computándose dos pesos por cada día.”

<sup>133</sup> **FRANÇA.** Loi du 2 juillet 1850 relative aux mauvais traitements exercés envers les animaux domestiques. 1850. Disponível em: <<[http://www.theatreduchenevert.com/wp-content/uploads/2016/07/Loi\\_grammont-1850.pdf](http://www.theatreduchenevert.com/wp-content/uploads/2016/07/Loi_grammont-1850.pdf)>>. Acessado em 25 de outubro de 2018.

<sup>134</sup> Heron José da Santana Gordilho salienta que a proibição de crueldade com animais domésticos da “Lei Grammont” preocupava-se com a sensibilidade humana e não com o sofrimento dos animais. Nada obstante, foi a primeira a proibir maus-tratos na França (GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**, p. 63).

<sup>135</sup> “Art. 2º. Aquele que, em lugar público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus tratos aos animais, incorrerá em multa de 20\$000 a 500\$000 e na pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinquente seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa cabe.”

<sup>136</sup> “Art. 15. Em todos os casos de reincidência ou quando os maus tratos venham a determinar a morte do animal, ou produzir mutilação de qualquer dos seus órgãos ou membros, tanto a pena de multa como a de prisão serão aplicadas em dobro.”

Finalmente, nos termos do art. 491 do Código Penal Italiano de 1889<sup>137</sup>, qualquer pessoa que se envolva em práticas de crueldade com animais ou, sem necessidade, os trate mal ou os force a ser manifestamente excessivos, é punida com multa. À mesma pena está sujeito aquele que, mesmo apenas para fins científicos ou educacionais, mas fora dos locais de ensino, sujeita os animais a experimentos que provocam aversão<sup>138</sup>.

Temos aqui, portanto, uma breve análise dos dispositivos indicados pela UIPA e que muito provavelmente constituíram as fontes materiais da redação do projeto de lei. Longe de tentar esgotar o tema, buscou-se demonstrar a importância da legislação estrangeira, em especial da produção inglesa, no sentido de orientar aquela que foi a primeira lei a de fato tutelar os animais no Brasil.

Todavia, em nenhum dos textos legais estrangeiros foi encontrado qualquer trecho que aparentemente tenha influenciado, direta ou indiretamente, a redação do art. 2º, § 3º do Decreto, que permite que os animais postulem em juízo, por meio substituição do Ministério Público e das Sociedades Protetoras dos Animais.

## 5.2 USOS PRÁTICOS

Depois de analisar as origens e as fontes materiais de inspiração do Decreto 24.645/1934, cabe agora verificar a forma como foi utilizado ao longo do tempo. Não se busca realizar o exame de todas as notícias levantadas, mas demonstrar a efetividade da legislação e sua força para proteger os animais. Para tanto, além das notícias do período 1934-1939, serão apresentadas outras publicações relevantes ao tema.

Como visto, após a aprovação do texto publicado pela UIPA, a instituição passou a trabalhar na distribuição e efetivação do Decreto, com o objetivo de influenciar o maior número de pessoas em relação à necessidade de proteção dos animais. Somente o redator, Affonso Vidal, distribuiu, no segundo semestre de 1934, “mais de 20.000 exemplares da “Lei Áurea dos Animais”, enviando-os a todas as autoridades estaduais e municipais, centros religiosos e educativos, a juízes e notadamente aos jornais de todo o Brasil [...] denominada Lei-Vidal”<sup>139</sup>.

<sup>137</sup> **ITÁLIA**. Codice Penale, Roma: Stamperia Reale, 1889.

<sup>138</sup> “art. 491. Chiunque incrudelisce verso animali o, senza necessità, li matatta, ovvero li costringe a fatiche manifestamente eccessive, è punito con l'ammenda sino a lire cento. Alla stessa pena soggiace colui il quale, anche per solo fine scientifico o didattico, ma fuori dei luoghi destinati all'insegnamento sottipone animali a esperimenti tali da destare ribrezzo.”

<sup>139</sup> **CORREIO PAULISTANO. A proteção aos animais no Brasil**, São Paulo, ano LXXXIV, n.25.206, 13 maio 1938, p.12.

Mas a UIPA não foi a única a dar publicidade ao Decreto.

Foram encontradas referências de outras instituições, como a Sociedade Paulista de Proteção aos animais<sup>140</sup> e Associação de Proteção do Rio de Janeiro<sup>141</sup>, que realizaram distribuição e outras atividades para difundir o conteúdo do Decreto.

Outras notícias dão conta de ações das autoridades para fazer valer a lei de proteção dos animais, muitas vezes em resposta a requisições de entidades de protetores. Temos, por exemplo, na edição de 13 de agosto de 1934, do jornal catarinense *O Estado*, nota que faz referência a ação do delegado de polícia da região, por este ter reunido carroceiros para ler e entregar-lhes cópias do Decreto e dado 30 dias para que melhorassem os arreamentos e medicassem os cavalos usados para tração<sup>142</sup>.

Mais um exemplo é visto na edição de 04 de fevereiro de 1938 do *Diário de Notícias*. Traz o registro: “A diretoria do Abrigo de Proteção aos Animais (APA), em ofício dirigido ao exmo. Sr. Cap. Felinto Muller, chefe de Polícia do Distrito Federal, solicitou a execução do Decreto Federal n. 24.645 e teve comunicação do despacho favorável...”.<sup>143</sup> Nesta mesma notícia relata-se que o chefe de polícia expediu ordens para todas as autoridades policiais para prestarem apoio às pessoas portadoras de carteiras que comprovem a filiação às entidades de proteção aos animais.

O Decreto também foi invocado para impedir a realização de touradas. Em publicação datada de 1938 lê-se

O Chefe de Governo indeferiu o requerimento de um empresário, interessado em fazer realizar, em uma de nossas praças de esporte, algumas touradas. (...) o decreto n. 24.645 de 10 de julho de 1934, repelira esse triste espetáculo que não se compadece com nossos foros de povo civilizado[...]<sup>144</sup>

Opondo-se à proibição, posteriormente, já em 1950, foi apresentado projeto de lei propondo retirar a proibição das touradas e corridas de touros, desde que fossem realizadas “sem o uso de instrumentos capazes de produzir tortura nos animais ou causar-lhes a morte”<sup>145</sup>.

<sup>140</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sociedade Paulista Protectora dos Animaes**, São Paulo, 05 de agosto de 1938, p.

<sup>141</sup> O JORNAL, RIO DE JANEIRO, 16 de setembro de 1938, n. 05908, p.8., e O Jornal, Rio de Janeiro, n. 0909, p.10 e Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 13259, p. 34.

<sup>142</sup> O JORNAL. **Protecção aos animais de tração**, Florianópolis/SC, n. 06251, 13 de agosto de 1934, p.1.

<sup>143</sup> O pedido provavelmente foi formulado com base no artigo 16 do Decreto: “Art.16 A Polícia prestará apoio ao Abrigo de Proteção aos animais para cumprir o Decreto 24645.”

<sup>144</sup> JORNAL DO BRASIL. **Nada de touradas**. Rio de Janeiro, n. 0284, 04 dezembro 1938, p. 5.

<sup>145</sup> A MANHÃ. **Touradas, mas sem sangue**. Rio de Janeiro, n. 0276, 06 de junho de 1950, p. 1.

Felizmente, tamanha incongruência foi logo rejeitada pela Câmara dos Deputados, de forma que a proibição às touradas permanece vigente<sup>146</sup>.

As notícias acima descritas demonstram como o Decreto oferecia, mesmo antes da promulgação da Constituição de 1988, fundamentos suficientes, pela interpretação dos incisos I, IV e XXIX do artigo 3º, para proibir práticas de crueldade que até recentemente permaneciam toleradas, como a farra do boi e a vaquejada<sup>147</sup>. Por isso mesmo foi utilizado para criticar as práticas de “boi-na-vara”<sup>148</sup> e também, muitos anos depois de sua publicação, da farra do boi.<sup>149-</sup>

150

Como já enunciado, além de criminalizar 31 tipos de abusos e maus-tratos, foi a primeira lei a reconhecer os animais como sujeitos de direito. Mais do que isso, ao prever “os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público...”, assegurou a capacidade processual ampla aos animais não-humanos e a possibilidade de litigarem em juízo por seu direito,<sup>151</sup> representados ou até mesmo em nome próprio.<sup>152</sup>

Nas notícias de atuação do Ministério Público e do Judiciário, porém, não há elementos que remetam à operacionalização do Decreto no sentido de reconhecer expressamente os animais como sujeitos de direitos.

A primeira notícia encontrada data de 10 de novembro de 1934: “O Promotor Público da Comarca de Niterói, Dr. Melchiades Picanço, ofereceu ontem denúncia contra Antonio de Oliveira, por se achar o mesmo incurso no art. 13 combinado com o artigo 2º do decreto n. 24.645 de 10 de julho de 1934”. O denunciado estava sendo acusado por ter desferido tiros contra cabra pertencente a seu vizinho, “animal de grande estimação e que dava leite para alimentar os filhos do dono”. A nota indica tacitamente o mandamento do artigo 2º, §3º, “A denúncia em questão é a primeira oferecida em Niterói com fundamento no decreto que

<sup>146</sup> A MANHÃ. **Rejeitado o projeto das touradas**. Rio de Janeiro, n. 0830, p.8.

<sup>147</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 4983/CE. Relator: MELLO, Marco Aurélio. Publicado no DJE nº 220, divulgado em 14/10/2016.

<sup>148</sup> O ESTADO. **Boi-na-vara**. Santa Catarina, n. 06348, 14 dezembro 1934, p. 8.

<sup>149</sup> O ESTADO DE S. PAULO. **Farra do boi ou tortura do boi?** São Paulo, 28 de abril de 1988, p. 38.

<sup>150</sup> Já em 1997 O Estado de S. Paulo publicou carta com 165 assinaturas, criticando a realização sob rótulo de “tradição cultural e religiosa” da farra do boi em Santa Catarina. Na opinião dos assinantes, tanto o Decreto 24645, quanto o artigo 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal proíbem a prática. Farra do Boi. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 07 de março de 1997. Poucos meses depois, o STF julgou a farra do boi “procedimento discrepante da norma constitucional”, já que o norma do inciso VII do artigo 225 veta a crueldade contra animais. BRASIL. STF. RE 153.531/ SC, Relator: Marco Aurélio. DJ: 13/03/1998, 1997.

<sup>151</sup> GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolição animal**, p. 140.

<sup>152</sup> SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual, p. 16

declarou tutelados do estado todos os animais, cabendo ao Ministério Público assisti-los em juízo”<sup>153</sup>.

Em outro caso, “Biagio Rivelino foi processado por haver desfechado um tiro de espingarda na cadela de propriedade de Kurt Rigert [...]. A requerimento do sr. 1º Promotor Público, Dr. J.A. Cesar Salgado, o inquérito voltou [...] à delegacia de Segurança Pessoal para ser feita autópsia”. Ocorre que por “negligência de funcionário falho” a autópsia requisitada não foi realizada a tempo, acabando por correr a prescrição da pretensão punitiva.<sup>154</sup> Em outro jornal diário que abordou a situação, a notícia também julgamento ocorrido em Curitiba, com base no Decreto 24.645/1934, no qual “um cidadão foi punido por ter este maltratado um animal doméstico”<sup>155</sup>.

Publicação mais próxima da data do fato revela que o “dono da cadelinha” procurou o Procurador-Geral do Estado “com farta prova testemunhal” e “laudo de autópsia”. Diante disso, o procurador pediu a abertura do inquérito, por ser o respectivo crime de ação pública, nos termos do Decreto 24.645/1934, “estando, portanto, Biaggio nele incurso: artigo 2 paragrafo 3 da lei em apreço”. De fato, a possibilidade de processar e condenar com base no Decreto trazia certa desconfiança e surpresa, sendo por vezes ironizada. A notícia relata erroneamente que o autor do crime seria processado por homicídio e de forma jocosa termina com a pergunta “o crime é de homicídio ou de “canicídio”?”<sup>156-157</sup>

Num outro exemplo, dois homens, pai e filho, foram “processados e afinal condenados a cumprir a pena de 10 dias de prisão e a pagar a multa de 200\$000..”, por terem em via pública abatido dois cães, uma a facadas e outro a “cacetadas”. Os réus apelaram da sentença. Os juízes do Tribunal de Apelações, alertando sobre a característica hoje chamada de senciência, inerente aos animais, argumentaram que “só aplausos merece o novo decreto, pois é sabido que os animais são também dotados de sensibilidade e de instintos aprimorados”, mantendo a sentença. Neste mesmo acórdão surge também a comparação entre o Código de Menores abandonados e a Decreto:

<sup>153</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. **Denunciado por haver morto um animal doméstico**. Rio de Janeiro, n. 14.645, 10 de novembro de 1934, p. 5.

<sup>154</sup> CORREIO PAULISTANO. **Parecer do 1º Promotor Público num caso de prescrição de acção penal**. São Paulo, n. 25493, 18 de abril de 1939, p. 17.

<sup>155</sup> O ESTADO DE S. PAULO. **Maus tratos a animaes**. São Paulo, 19 de abril de 1939, p. 12.

<sup>156</sup> DIÁRIO CARIOCA. **Homicídio ou canicídio**. Rio de Janeiro, n. 02988, p. 6.

<sup>157</sup> Não foram encontradas outras notícias que relatem o desfecho do caso.



A proteção aos animais, de fato, ultrapassa a garantida aos menores abandonados [...] os animais não podem ser conservados em lugares anti-higiênicos [...]. Entretanto, com relação aos menores, o mesmo não acontece, pois, como é público e notório, vivem eles nos porões anti-higiênicos e infetos, em franca promiscuidade, constituinte, muitas vezes, um verdadeiro atentado à moral<sup>158</sup>.

Tal sorte de relato demonstra, uma outra vez, a natureza precursora e vanguardista do Decreto, por trazer normas de defesa dos animais, mesmo em período no qual a defesa dos próprios seres humanos era pouco consistente. Todavia, as notícias, assim como boa parte dos dispositivos do Decreto, evidenciam uma defesa direcionada àqueles animais de alguma forma ligados economicamente ao ser humano, por fazerem parte das atividades produtivas diárias ou por que, de alguma forma, a crueldade praticada acabou por sensibilizar alguém.

Não se pode, neste sentido, incorrer em anacronismo e concluir que a lei fora pensada sob viés exclusivamente biocentrista ou zoocentrista, mesmo porque tais conceitos, conforme asseverou Antônio Herman Benjamin, são pertencentes a uma era posterior à época. Nada obstante, é inegável o fato de que o Decreto 24.645 foi o primeiro diploma legal de Direito Animal, pois considerou os animais não-humanos como fim em si mesmos, sem referências à sua importância ambiental ou ecológica.

### 5.3 USO DO DECRETO NA PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Por vezes, o Decreto 24.645 foi utilizado na defesa dos seres humanos.

Mesmo em sentido reverso à discussão dos direitos dos animais, tais aplicações são interessantes por demonstrarem como é lógica a consideração de iguais interesses entre animais humanos e não-humanos e, como de fato, conforme sustenta Danielle Tetü Rodrigues,

o amparo dos Direitos dos Animais não-humanos se encontra em normas que resguardam os interesses dos seres humanos. Neste particular, os Direitos dos Animais não-humanos são antes de tudo, direitos do próprio ser humano.<sup>159</sup>

No mesmo ano de sua publicação, o Decreto foi usado para criticar as condições insalubres e degradantes às quais os operários eram submetidos. “Sei de animais que vivem em lugares anti-higiênicos, quase privados de luz”, “são magros e tristes”, “andam desferrados”, “creio mesmo que os animais citados não gozam de nenhuma das garantias do excelente decreto

<sup>158</sup> SÃO PAULO. Diário Oficial. “Botucatú”, 15 jan. 1942, p.32.

<sup>159</sup> RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativo, p. 196.

n. 24.645”, são algumas das afirmações trazidas pelo autor, que, ao final, revela que “devido a certas semelhanças, algumas pessoas pensam que esses animais são homens. É engano. Eles de fato, têm alguma parença com os homens: mas não são homens, são operários.”<sup>160</sup>

Houve também, como esperado, os que argumentaram contra lei.

Um defensor do Decreto relatou ter encontrado na imprensa de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, afirmações sustentando que, diante dos incalculáveis sofrimentos humanos, “dever-se-ia tratar primeiro de banir estes dando aos homens o bem-estar e a felicidade que todos procuram”.<sup>161</sup>

Há, também, provavelmente o caso mais emblemático envolvendo a aplicação do Decreto para humanos. Em 26 de dezembro de 1935, Harry Berger foi preso por sua participação na “Intentona Comunista” (movimento encabeçado por Luiz Carlos Prestes que pretendia depor Getúlio Vargas do poder)<sup>162</sup>.

Ciente das terríveis torturas que seu cliente vinha sofrendo, o advogado Sobral Pinto alegou ao Tribunal de Segurança Nacional que Berger estava sofrendo formas de crueldade inadmitidas até mesmo “para com os irracionais”, conforme trecho da petição a seguir:

Tal é, Sr. Juiz, a prisão que destinaram para Harry Berger. Tal é, eminente Magistrado, o tratamento que lhe vem sendo dispensado.

Semelhante desumanidade precisa de cessar, e de cessar imediatamente, sob pena de deslustre para o prestígio deste Tribunal de Segurança, que, para bem cumprir a sua árdua tarefa necessita de pautar a sua ação pelas normas inflexíveis da serenidade e da justiça.

Tanto mais obrigatoriamente inadiável se torna a intervenção urgentíssima de V. Exa., Sr. Juiz, quanto somos um povo que não tolera a crueldade, nem mesmo para com os irracionais, como o demonstra o decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, cujo artigo 1º dispõe: “Todos os animais existentes no país são tutelados do Estado.”<sup>163</sup>

Para demonstrar a aplicação do Decreto 24.645/1934, Sobral Pinto invoca notícia vinculada pelo jornal carioca A Noite, contendo relato sobre a condenação a 17 dias de prisão

<sup>160</sup> CORREIO DO PARANÁ. **Animais sem proteção**. Curitiba, n. 00673, 23 de agosto de 1934, p.3.

<sup>161</sup> CORREIO DO PARANÁ. **Proteção aos animais**. Curitiba, n.00677, 28 de agosto de 1934, p.6.

<sup>162</sup> ARTHUR ERNST EWERT (HARRY BERGER). Verbete Biográfico. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-ernst-ewert> . Acessado em 30/10/2018.

<sup>163</sup> PINTO, Sobral, 1979 *apud* NEVES, Daniel. Monteiro. **Como se defende um comunista**: Uma análise retórico-discursiva da defesa judicial de Harry Berger por Sobral Pinto. São João del-Rei, 2013, p.226. Dissertação Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, p.151.

e multa de homem que espancou até a morte seu cavalo, pois, nas palavras do autor do crime “o seu amigo irracional desobedeceu-o”.<sup>164</sup>

Baseado no caso, ocorrido em Curitiba, o advogado alegou:

Ora, num país que se rege por uma tal legislação, que os Magistrados timbram em aplicar, para, deste modo, resguardarem os próprios animais irracionais dos maus tratos até de seus donos, não é possível que Harry Berger permaneça, como até agora, meses e meses a fio, com a anuência do Tribunal de Segurança Nacional, dentro de um socavão de escada, privado de ar, de luz e de espaço, envolto, além do mais, em andrajos, que, pela sua imundície, os próprios mendigos recusariam a vestir.<sup>165</sup>

Conforme explica Daniel Monteiro Neves, a menção ao ocorrido na capital paranaense tem o objetivo de evidenciar a incompatibilidade entre atitudes oriundas de um mesmo Estado perante os animais em sentido amplo<sup>166</sup>.

Em que pese a argumentação formulada por Sobral Pinto, Berger permaneceu preso até 1945, quando foi anistiado.

Em outro caso, datado de julho de 1988, ação impetrada pela Ordem dos Advogados do Distrito Federal visava impedir despejos e derrubada de barracos em comunidades carentes, prática que vinha sendo adotada pelo governador do Distrito Federal. Desta vez o pedido foi deferido por liminar dada “com base na lei nº 24.645 de 1934, que proíbe maus tratos aos animais”.<sup>167</sup>

Também no âmbito previdenciário temos outro caso de aplicação da lei de proteção aos animais para humanos, este ocorrido no início dos anos de 1990 no Rio de Janeiro. Nele, um senhor idoso, para manter sua aposentadoria, alegou em juízo que os animais são tutelados pelo Estado, vedada a prática de maus-tratos contra eles. O ser humano, por sua vez, só gozaria de tutela do Estado se preenchesse uma série de requisitos. Indicou, ainda, que a suspensão da aposentadoria tornaria sua vida indigna. Desta forma, logrou êxito em conseguir um salário-mínimo de aposentadoria, valendo-se do fundamento legal existente no Decreto 24.645/1934.<sup>168</sup>

Assim, diante dos exemplos trazidos, é bastante oportuna a afirmação de Arthur Regis ao sustentar que “mesmo sob a égide do antropocentrismo, os próprios seres humanos, para sua

<sup>164</sup> A NOITE. **Condemnado pela morte do cavalo**. Rio de Janeiro, n. 09667, 29 de janeiro de 1937, p. 3

<sup>165</sup> PINTO, Sobral, 1979 *apud* NEVES, Daniel. Monteiro. **Como se defende um comunista**: Uma análise retórico-discursiva da defesa judicial de Harry Berger por Sobral Pinto, p. 154.

<sup>166</sup> NEVES, Daniel. Monteiro. **Como se defende um comunista**: uma análise retórico-discursiva da defesa judicial de Harry Berger por Sobral Pinto, p.153

<sup>167</sup> O ESTADO DE S. PAULO. **Favelados protestam contra invasões**. São Paulo, 28 de julho de 1988, p. 21.

<sup>168</sup> REGIS, Arthur Henrique de Pontes. **Vulnerabilidade como fundamento pra os direitos dos animais**: uma proposta pra um novo enquadramento jurídico. Brasília: Novas Edições Acadêmica, 2018, p.70.

proteção, utilizaram-se de legislações de proteção aos animais visando defender seus interesses particulares mais basilares”.<sup>169</sup>

Deste modo, conquanto na maior parte das vezes o Decreto 24.645/1934 tenha sido invocado como argumento antropocentrista para demonstrar suposta incoerência entre animais receberem certo nível de proteção superior a recebida pelos humanos, uma outra e mais razoável interpretação pode ser extraída, qual seja, a de que humanos e não-humanos são, afinal de contas, animais e, assim, não há fundamentação ética que permita supor qualquer prevalência de direitos de um em relação aos outros.

---

<sup>169</sup> REGIS, Arthur Henrique de Pontes. **Vulnerabilidade como fundamento pra os direitos dos animais**: uma proposta pra um novo enquadramento jurídico, p.70.

## 6 CONCLUSÃO

É certo que o ordenamento jurídico concedeu direitos aos animais, já há mais de 80 anos, através do Decreto 24.645/1934. Essa posição foi confirmada pelo legislador constitucional no art. 225, §1º, VII da Constituição Federal. É assim pois, que basta que o legislador aponte os animais como foco de uma relação jurídica, concedendo um direito que seja, para que ele alcance o posto de sujeito de direito, deixando sua condição de objeto de direito.

Portanto, é justamente para a manutenção e preservação dos direitos inerentes aos animais que se pretende seu reconhecimento como sujeitos de direitos. Pelo mesmo motivo torna-se necessário criar mecanismos que permitam a defesa dos direitos e interesses dos animais em juízo em caso de descumprimento, pois de nada adianta a concessão de direitos que valem somente no papel e não possuem garantias de efetivação no mundo real.

No Brasil, o problema da necessidade da previsão legislativa para possibilitar a ida dos animais a juízo e garantir sua tutela jurisdicional já foi suprido. O Decreto 24.645/1934, ao conceder capacidade parte aos animais, elevou-os à categoria de sujeitos, pois não faria sentido algum que coisas fossem representadas em juízo.

Neste sentido, o art. 2º, §3º do Decreto figura como importantíssima ferramenta para a tutela jurisdicional dos direitos dos animais não-humanos, permitindo que vão a juízo representados pelo Ministério Público, por seus substitutos legais ou por organizações de proteção aos animais. Apesar da importância do Decreto 24.645, é muitíssimo necessário o aprimoramento das ferramentas de proteção dos animais para que toda sociedade possa efetivamente fazer parte de sua defesa.

O Decreto permanece vigente, visto que foi editado em período de exceção pelo Presidente Getúlio Vargas e possui força de lei ordinária, logo, somente outra lei em sentido formal poderia modificá-lo. Contudo, a legislação deve ser lida pela lente constitucional, de maneira que não se pode cogitar da alteração do dispositivo que permite a ida dos animais à juízo, senão para ampliar as ferramentas de tutela dos animais. Neste sentido, qualquer alteração legislativa tendente a suprimir ou reduzir efetividade do direito de não serem submetidos à crueldade (concedido pelo art. 225, §1º, VII, parte final, da Constituição) seria vetada com base no princípio da vedação ao retrocesso. Fica evidente que permitir a ida dos animais a juízo para defenderem seus interesses, inclusive em nome próprio, mediante representação, é forma de efetivação do direito individual dos animais de não serem vítimas de práticas cruéis.

Do ponto de vista histórico é interessantíssima a dinâmica que levou à aprovação do texto do Decreto. Uma simples matéria de jornal publicada pela União Internacional Protetora dos Animais chegou a conhecimento do Presidente Getúlio Vargas, que aprovou o projeto integralmente, sem nenhuma ressalva ou alteração.

De fato, permanece nebulosa a tramitação, se é que houve alguma, que ocorreu entre a publicação jornalística do projeto, em 04 de maio de 1934, e sua aprovação em 10 de julho do mesmo ano. Ocorre que, como o Decreto foi aprovado em período de exceção, não é improvável que o então Ministro da Agricultura, Juarez Távora, tenha levado o projeto a conhecimento de Getúlio, ou então que este mesmo tenha tomado conhecimento direto do conteúdo e assim tenha ordenado sua publicação, sem qualquer revisão prévia.

Ocorre que o Decreto adentrou ao mundo jurídico e irradiou sua eficácia, tendo sido levantado não só na defesa dos animais não-humanos, mas também para proteger os interesses dos animais que na maior parte das vezes se esquecem desta condição: os humanos.

Sem a pretensão de defender o Decreto 24.645/1934 como livre de falhas, e sempre tomando o devido cuidado para não proceder uma leitura anacrônica de seus dispositivos, não se pode negar suas características *zoocentricas*, na medida em que protegeu os animais enquanto sujeitos, sem fazer qualquer referência a sua função ecológica.

Interessante perceber que os que chamaram o Decreto 24.645 de “Lei Áurea dos Animais”, talvez não tivessem a real dimensão da expressão. Muito mais do que de alterações legislativas, a luta pelos direitos dos animais depende de uma alteração de mentalidade que passe a considerar todos os seres sencientes como detentores de dignidade. É preciso pensar o ser humano com sujeito inserido na natureza, em relação de complementariedade com os demais animais. É esta racionalidade ambiental que acabará poder demonstrar, ao fim e ao cabo, que existem muito mais semelhanças entre os animais, humanos e não humanos, do que diferenças.

Dessa forma, ao considerar os animais não-humanos como sujeitos, o Decreto 24.645/1934 deu o primeiro passo para possibilitar a superação do ultrapassado paradigma civilista que permite tratar seres que sofrem e sentem como meras coisas. É possível dizer, então, que a Lei Áurea dos Animais inaugura o movimento para acabar com o regime de escravidão ao qual os animais não-humanos são diariamente submetidos.

## REFERÊNCIAS

A MANHÃ. **Rejeitado o Projeto das Touradas**. Rio de Janeiro, n. 0830, p.8.

A MANHÃ. **Touradas, mas sem sangue**. Rio de Janeiro, n. 0276, 06 de junho de 1950, p. 1.

A NOITE. **Condemnado pela morte do cavalo**. Rio de Janeiro, n. 09667, 29 de janeiro de 1937, p. 3

ARGENTINA. Lei 2.786 de 25 de julho de 1891. Buenos Aires, 1891.

ARTHUR ERNST EWERT (HERRY BERGER). Verbete Biográfico. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-ernst-ewert>>>. Acesso em 20 set. 2018.

ASSIS, Araken de. Substituição processual. **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo: Dialética, n. 09, 2003.

ATAIDE JR, Vicente de Paula. Introdução ao direito animal brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 13, n. 03, Salvador, p. 48-76, set-dez 2018.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. A natureza no direito Brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. **Caderno jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo**. a. 1, v. 1. n. 02, São Paulo, Jul. 2001.

BRASIL. Decreto 24.645 de 10 de julho de 1934. **Estabelece medidas de proteção aos animais**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-norma-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. Decreto 11, de 18 de janeiro de 1991. Diário Oficial da União, Seção 1, 21/1/1991, Página 1513 (Publicação Original). Disponível em: << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-11-18-janeiro-1991-342571-publicacaooriginal-1-pe.html> >> Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Decreto-lei 23.672, 2 jan. 1934. disponível em: << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>> Acesso em 25 de novembro de 2018.

BRASIL. STF. RE 153.531/ SC, Relator: Marco Aurélio. DJ: 13/03/1998, 1997.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4983/CE . **Declaração de inconstitucionalidade da vaquejada**. Relator: Min. Marco Aurélio Melo. Diário de Justiça Eletrônico, 06 de outubro 2016. p.40.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 4983/CE. Relator: MELLO, Marco Aurélio. Publicado no DJE nº 220, divulgado em 14/10/2016.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.324.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, n. 13259, p.34.

CORREIO DA MANHÃ. **Inaugurado hontem o stand do S.C. tiro ao vo**, Rio de Janeiro, 21 setembro 1934, Ed. 12216, p.10.

CORREIO DO PARANÁ. **Animaes sem proteção**. Curitiba, n. 00673, 23 de agosto de 1934, p.3.

CORREIO DO PARANÁ. **Proteção aos animais**. Curitiba, n.00677, 28 de agosto de 1934, p.6.

CORREIO PAULISTANO. **União Internacional Protectora dos Animaes**. São Paulo, n. 24017, 12 de julho de 1934, p.7

CORREIO PAULISTANO. **A proteção aos animaes no Brasil**. São Paulo, n.25.206, 13 maio 1938, p.12.

CORREIO PAULISTANO. **Parecer do 1º Promotor Público num caso de prescrição de acção penal**. São Paulo, n. 25493, 18 de abril de 1939, p. 17.

DIÁRIO CARIOCA. **Homicídio ou canicídio**. Rio de Janeiro, n. 02988, p. 6.

DIAS, Edna Cardozo. A Defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil. **Revista de Direito Ambiental**, v. 2, n. 2, 2007.

DIAS, Edna Cardozo. Leis e Animais: Direitos ou deveres. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v.8, n.8,jan-jun, 2011.

DIAS, Edna Cardozo. Os animais como sujeitos de direitos. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Salvador, vol.1, n.1, p. 119-121, 2006.

DIAS, Edna Cardozo. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte, Mandamentos, 2000.

DIDIER JR, Fredie. **Pressupostos processuais e condições da ação**: o juízo de admissibilidade do processo. São Paulo: Saraiva, 2005.

EBERLE, Simone. **A capacidade entre o fato e o direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. rev. ampl. e atual, São Paulo: Saraiva, 2013.p. 285. (ebook)

FRANÇA. Loi du 2 juillet 1850 relative aux mauvais traitements exercs envers les animaux domestiques. 1850. Disponível em: <<[http://www.theatreduchenevert.com/wp-content/uploads/2016/07/Loi\\_grammont-1850.pdf](http://www.theatreduchenevert.com/wp-content/uploads/2016/07/Loi_grammont-1850.pdf)>>. Acessado em 25 de out. de 2018.



GAZETA DE NOTÍCIAS. **Denunciado por Haver Morto um Animal doméstico**. Rio de Janeiro, n. 14.645, 10 de novembro de 1934, p. 5.

GOMES, Orlando. “Sujeito de Direito é a pessoa a quem a lei atribui a faculdade ou a obrigação de agir, exercendo poderes ou cumprindo deveres”. **Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p.242

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo Animal**. Salvador: Evolução, 2008

GORDILHO, Heron José Santana e outros. Habeas Corpus impetado em favor da chimpanzé Suíça na 9ª Vara Criminal de Salvador (BA). **Revista Brasileira de Direito Animal**, v.1, n.1, 2006.

HACHEM. Daniel Under; GUSSOLI, Felipe Klein. Animais são sujeitos de direito no ordenamento jurídico brasileiro? **Revista Brasileira de Direito Animal**, v.13, n. 03, pp. 141-172, Salvador, Set-Dez 2017.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. A reconstrução da subjetividade a partir da racionalidade ambiental: o potencial da natureza, nos processos de globalização, para redefinição do sujeito de direitos na busca da cidadania concreta. In: I Seminário Sociologia & Política UFPR, 2009, Curitiba. **Anais do I seminário nacional de sociologia & política**, 2009. p. 2-22.

ITÁLIA. Codice Penale, Roma: Stamperia Reale, 1889.

JORNAL DO BRASIL. **Nada de Touradas**. Rio de Janeiro, n. 0284, 04 dezembro 1938, p. 5.

LEVAI, Laerte Fernando. A luta pelos direitos animais no Brasil: passos para o futuro. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v.7, n.10, jan-jun, 2012, p.184.

LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**. 2ª Ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004, p. 128.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHARDT, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil comentado**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; HESS, Giovana Albo. Proteção jurídica aos Animais no Brasil: reflexões entre o decreto nº 24.645/34 e o projeto de lei do Senado federal nº 351/15. **Revista de Biodireito e Direito dos animais**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 20 - 35, Jan/jun. 2016, p.22.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 343.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico: Plano da Eficácia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 10<sup>a</sup> ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 904 (ebook)

NEVES, Daniel. Monteiro. **Como se defende um comunista**: Uma análise retórico-discursiva da defesa judicial de Harry Berger por Sobral Pinto. São João del-Rei, 2013, p.226. Dissertação Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei.

O ESTADO DE S.PAULO. **Farra do Boi**. São Paulo, 07 de março de 1997.

O ESTADO DE S. PAULO. **Farra do Boi ou Tortura do Boi?** São Paulo, 28 de abril de 1988, p. 38

O ESTADO DE S. PAULO. **Favelados protestam contra invasões**. São Paulo, 28 de julho de 1988, p. 21.

O ESTADO DE S. PAULO. **Maus tratos a animais**. São Paulo, 19 de abril de 1939, p. 12.

O ESTADO DE S. PAULO. **Proteção aos Animais. Um memorial da União Internacional Protetora dos Animais ao chefe do governo provisório**. São Paulo, 4 maio 1934, p.5

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sociedade Paulista Protetora dos Animais**, São Paulo, 05 de agosto de 1938.

O ESTADO. **Boi-na-vara**. Santa Catarina, n. 06348, 14 dezembro 1934, p. 8.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1938, n. 05908, p.8.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1939, n. 05909, p.10.

O JORNAL. **Protecção aos Animais de Tração**, Florianópolis/SC, n. 06251, 13 de agosto de 1934, p.1.

OLIVEIRA, José Lamartine de; MUNIZ, Francisco. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, dez. 1979. p. 230-233. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/8833/6143>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, Tiago Pires. Redefinindo o Status jurídico dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v.2, n.3, Salvador, p. 193-208, 2007.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.

PARAÍBA. Lei nº 11.140 de 08 de junho de 2018. **Código de Direito e Bem-estar animal do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 2018. Disponível em: <<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361016>>>. Acesso em: 25 de nov. de 2018.

PIERANGELI, José Henrique. Parecer em direito penal ambiental. **Justitia**, São Paulo: Procuradoria Geral de Justiça; Associação Paulista do Ministério Público, v.60, n.181/184, p. 38-59, jan./dez., 1998.

REGAN, Tom. **Jaulas vazias**. Porto Alegre: Lugano, 2006.

REGIS, Arthur Henrique de Pontes. **Vulnerabilidade como fundamento pra os Direitos dos Animais**: Uma proposta pra um novo enquadramento jurídico, Brasília: Novas Edições Acadêmica, 2018.

REINO UNIDO. Protection of Animals Act 1911 (Chapter 27 1 and 2 Geo 5). Disponível em: <<<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/1-2/27>>> Acessado em 25 de outubro de 2018.

RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2ª Ed. Curitiba: Jurua, 2008.

SANTA CATARINA. Lei nº 12.854 de 22 de dezembro de 2003. **Código Estadual de Proteção aos Animais**, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<[http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12854\\_2003\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12854_2003_Lei.html)>> Acesso em 25 novembro 2018.

SÃO PAULO. Diário Oficial. “Botucatú”, 15 jan. 1942, p.32.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 2, n. 3, p. 69-94, jul./dez. 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Notas sobre a proibição de retrocesso em matéria (socio) ambiental. In: BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); **Colóquio Internacional sobre o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental**, Brasília, 2012.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Animais em juízo**. Salvador, 2009, 152p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Capacidade de ser parte de animais não-humanos: repensando os institutos da substituição e representação processual. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 4, n. 5, Salvador, p. 323-352, jan./dez. 2009. p. 329. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10637>>. Acesso em: 19 de agosto de 2018.

SUNSTEIN, Cass R. Can Animals Sue? In Cass R. Sunstein, Martha C. Nussbaum. **Animal Rights: Current Debates and New Direction**. Oxford University Press, Estados Unidos, 2004.

SUNSTEIN, Cass R. Os animais podem processar? In: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (org). **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p.451-472.

TÁCITO, Caio. Medidas provisórias na Constituição de 1988, Rio de Janeiro, **Revista de Direito Público**, 90/52, abr. /jun. 1989.

## ANEXO 1 – PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE O DECRETO 24.645

Respostas das solicitações realizadas pelo portal do *Sistema Eletrônico do serviço de informação ao Cidadão - ESIC*:

### I. Resposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

#### Dados do Pedido

Protocolo	21900001446201815
Solicitante	Tiago Brizola Paula Mendes
Data de Abertura	26/09/2018 14:26
Órgão Superior Destinatário	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Órgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	16/10/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Informação Inexistente
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o decreto Nº 24.645/1934
Detalhamento	Olá,

#### Dados da Resposta

Data de Resposta	28/09/2018 11:25
Tipo de Resposta	Informação Inexistente
Classificação do Tipo de Resposta	
Resposta	
Responsável pela Resposta	Serviço de Informação Agropecuária - SIA - MAPA
Destinatário do Recurso de Primeira	Biblioteca Nacional de Agricultura - Binagri
Prazo Limite para Recurso	10/10/2018

#### Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Justiça e Legislação
Subcategoria do Pedido	Legislação e jurisprudência
Número de Perguntas	1

#### Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
26/09/2018 14:26	Pedido Registrado para para o Órgão MAPA –	SOLICITANTE
28/09/2018 11:25	Pedido Respondido	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## II. Resposta da solicitação à Casa Civil:

**Dados do Pedido**

Protocolo	00077001373201841
Solicitante	Tiago Brizola Paula Mendes
Data de Abertura	01/10/2018 11:43
Órgão Superior Destinatário	MJ – Ministério da Justiça
Órgão Vinculado Destinatário	AN – Arquivo Nacional
Prazo de Atendimento	29/10/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Não se trata de solicitação de informação
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Decreto 24.645/34
Detalhamento	Olá,

**Dados da Resposta**

Data de Resposta	10/10/2018 12:15
Tipo de Resposta	Não se trata de solicitação de informação
Classificação do Tipo de Resposta	
Resposta	
Responsável pela Resposta	SIC - AN
Destinatário do Recurso de Primeira Instância	DIREÇÃO GERAL
Prazo Limite para Recurso	22/10/2018

**Classificação do Pedido**

Categoria do Pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do Pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso
Número de Perguntas	1

**Histórico do Pedido**

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
01/10/2018 11:43	Pedido Registrado para para o Órgão CC-PR –	SOLICITANTE
09/10/2018 17:37	Pedido Reencaminhado para para o Órgão AN – Arquivo Nacional	PR – Presidência da República/CC-PR – Casa Civil da Presidência da República
10/10/2018 12:15	Pedido Respondido	MJ – Ministério da Justiça/AN – Arquivo Nacional

### III. Resposta de solicitação à Presidência da República:

#### Dados do Pedido

Protocolo	00077001306201827
Solicitante	Tiago Brizola Paula Mendes
Data de Abertura	24/09/2018 00:23
Órgão Superior Destinatário	MJ – Ministério da Justiça
Órgão Vinculado Destinatário	AN – Arquivo Nacional
Prazo de Atendimento	29/10/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Não se trata de solicitação de informação
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Decreto 24.645/34
Detalhamento	Olá,

#### Dados da Resposta

Data de Resposta	09/10/2018 11:43
Tipo de Resposta	Não se trata de solicitação de informação
Classificação do Tipo de Resposta	
Resposta	
Responsável pela Resposta	SIC - AN
Destinatário do Recurso de Primeira	DIREÇÃO GERAL
Prazo Limite para Recurso	19/10/2018

#### Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do Pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso
Número de Perguntas	1

#### Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
24/09/2018 00:23	Pedido Registrado para para o Órgão PR –	SOLICITANTE
24/09/2018 16:28	Pedido Reencaminhado para para o Órgão CC-PR	PR – Presidência da República
08/10/2018 15:40	Pedido Reencaminhado para para o Órgão AN – Arquivo Nacional	PR – Presidência da República/CC-PR – Casa Civil da Presidência da República
09/10/2018 11:43	Pedido Respondido	MJ – Ministério da Justiça/AN – Arquivo Nacional

Resposta à solicitação ao Senado Federal:

Segue abaixo transcrição da resposta à solicitação enviada através da página do Senado Federal.

Atendimento nº 1517165

Prezado Senhor TIAGO BRIZOLA,

Em atenção ao pedido nº 0011882/18/PA, esclarecemos que, em relação ao Decreto, objeto de interesse de vossa senhoria informamos que, não dispomos de informação acerca da matéria, sugerimos encaminhamento da demanda ao Poder Executivo que procedeu ao Decreto.

Disponibilizamos abaixo o link para acesso ao Sic do Poder Executivo:

· <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão

Senado Federal | Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

Alô Senado - 0800 612211



## ANEXO 2 - ATA 136ª SESSÃO DO CONSELHO DA UIPA

M. P. 17/11/32 12

assignada, Emilio Parreisel.

René Thiollier

Affonso Vidal

J. A. de C.

D. F. de C.

A. S. de C.

D. J. de C.

A. S. de C.

Acta da 136.ª Sessão do Conselho Director da União Internacional Protectora dos Chimiaes.

vide ata de 23/4/32 - fl. 9 v.

As dezesseis horas do dia onze do mez de Dezembro de mil novecentos e trinta e quatro, reunir-se, sob prévia convocação, de accordo com o titulo III, art. 11, dos respectivos estatutos, na sala n.º 15 da Rua 15 de Novembro n.º 36 - 7.º andar, nesta Capital, o Conselho Director da União Internacional Protectora dos Chimiaes, representado por numero legal de conselheiros. Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente Dr. René de Castro Thiollier, foi approvada, sem debates, a acta da sessão anterior, após lida pelo Senhor Secretario Emilio Parreisel. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente expoz os fins da reunião, dizendo que a U. I. P. A. havia sido convidada, dias atraz, na pessoa do Senhor Secretario, pela Direcção do Património da Prefeitura da Capital, a se manifestar sobre o modo pelo qual a U. I. P. A. en-

13

de observar e respeitá-las, e não desejando, nem  
 lhe sendo lícito crear embaracos á Municipalidade  
 nos seus grandiosos planos de obras e publicos de  
 um sabido parque na varzea do Ibirapuera,  
 onde, á Rua Franca Pinto Nº 100, a U. S. P. A. pos-  
 sue seu valioso patrimonio, constituido pelo es-  
 forço e doativos de socios e benfeitores, e que  
 abrange o hospital zoophilo, asylos e cemiterio  
 para animais, escriptorio, casas e comedores de  
 residencia e demais dependencias, pozos (aous),  
 reservatorio de agua, garages (aous), jardins, hor-  
 sas, arvoredos, etc., conforme levantamento feito,  
 ha poucas semanas, pela propria Prefeitura,  
 propoe a esta o equitativo e que comprehende:  
 Doação definitiva pela Prefeitura do Municipio  
 de São Paulo de outro terreno, com as mesmas  
 dimensões (13.180 metros quadrados), pouco mais  
 ou menos, dentro do perimetro urbano e em  
 local de facil accesso, á livre escolha da U. S. P. A.,  
 sobre a qual a Prefeitura fará construir, entre-  
 gando-os á U. S. P. A. (sem qualquer onus para  
 esta, porém vinculados - terrenos e benfeitorias -  
 pela clausula de iralienabilidade, inperhor-  
 tabilidade, inpermutabilidade), de accordo com  
 uma planta a ser approvada pela U. S. P. A.,  
 elaborada e fornecida pela Directoria do Pa-  
 trimonio da Prefeitura, todos os edificios e  
 benfeitorias, inclusive ajardinamento, arborisagão  
 (esta constituida de essencias e especimens já  
 algo desenvolvidos que proporcionem, desde logo,  
 alguma sombra aos animais hospitalizados e  
 asylos), cemiterio, etc., tudo em numero e es-

pela desapropriação do seu hospital, asylos e cemiterio zoophilos, casas de morada, garagens e demais dependências, installados em terrenos de que a Prefeitura necessita para a construção do grande parque de Ibirapuera. Continuando com a palavra, declarou o Senhor Presidente que, sob prévio entendimento com membros do Conselho Director, a maioria dos quaes presente a esta reunião, e secundando in totum o pensamento formulado pelo Senhor Conselheiro Dr. Pedro Faschini, chegara á conclusão de que se devia encaminhar ao Excellentissimo Senhor Sr. Prefeito Municipal a seguinte proposta, a qual, consoante um aparte dado pelo Senhor Conselheiro Affonso Vidal (autor e relator de um projecto de lei de protecção aos animais, salientemente conver- tido no Decreto Federal Nº 24.645 de 10/2/1934), já- mais devia comportar inferioridade em condições das actualmente gosadas pela U. V. P. A., antes procurando-se melhoral-as, uma vez que com isso se visa fins de alto altruismo, que tanto bene- ficiam a collectividade em geral, sob o prouto de vista moral, como a propria autoridade municipal em particular, que, aliás, já legis- lam sobre esta materia de utilidade publica:

Proposta: A União Internacional Protectora dos Animales, fundada no anno de 1895, nesta Capital, desde quando vem desenvolvendo, sem solução de continuidade, sua benéfica activi- dade, possuindo o uso e gozo de um terreno a ella cedido pela Prefeitura de São Paulo, em 28 de Maio de 1919, conforme contracto firmado nessa data, cujas clausulas a U. V. P. A. jamais deixou



comprometer-se ainda a remover, por sua conta e sob orientação da U. I. P. A., quando opportuno, os jazigos e respectivos tumulos dos animais enterrados no já referido cemiterio. O immovel desobriga-se de quaesquer taxas e contribuições municipais. Posta á votação a proposta supra, foi a mesma unanimemente approvada, após o que, nada mais havendo a tratar nesta sessão, especialmente convocada para o fim exposto, foi a mesma encerrada, passando em, Primeiro Secretario, a lavrar a presente acta, que vai por todos assignada. Emílio Darnesdel, Primeiro Secretario. São Paulo, aos onze do mez de Dezembro de mil novecentos e trinta e quatro.

René Thiollie presidente

Emílio Darnesdel

Affonso Vidal

Domingos Ferreira e outros

Albino

Leandro Jordani

João Vilelli

João J. Martins

Albino e outros

A. de F. M.

Acta da 73.<sup>a</sup> Sessão do Conselho Directo da União Internacional Protector dos Animais

Oto cinco (5) dias do mez de Setembro do anno mil novecentos e trinta e cinco (1935) ás dezesseis (16) horas, realison-se á Rua 15 de Novembro, 36 - 1.<sup>o</sup> andar - sala 7 - (escriptorio do sr. Dr. René de Carlos Thiollie) nesta Capital

### ANEXO 3 – EMAIL COM INFORMAÇÕES SOBRE O DECRETO

Segue transcrição de e-mail enviado ao endereço eletrônico pela atual Presidente da União Internacional Protetora dos Animais, Dra. Vanice Teixeira Orlandi contendo informações sobre o Decreto n. 24.646:

Decreto de 1934

Orlandi <vtorlandi@uol.com.br>

qua 17/10, 14:41

Você

Oi Thiago,

Na época em que li as atas da Uipa, encontrei apenas uma referência em uma das atas falando que o texto de um projeto de lei redigido em 32 para ser uma lei municipal havia sido convertido no decreto de 34. Mandeí a cópia dessa ata ao Dr. Laerte.

Pelo que entendi, a Uipa dispunha de um texto que tentou aprovar, sem êxito, por quatro vezes. Em 32, tentaram aprovar esse mesmo texto como projeto de lei municipal, que acabou sendo aprovado, por insistência da Uipa, como o decreto de 34.

Quando pesquisei, há alguns anos, sobre o Affonso Vidal, vi que era um empresário do ramo do aço.

Seria interessante encontrar o artigo assinado por ele e publicado no "Estadão". *(Parte do conteúdo foi suprimido)*



## APÊNDICE 1 - MÉTODO DE PESQUISA REALIZADO

Além do levantamento bibliográfico, a pesquisa histórica foi realizada a partir de busca no acervo digital do jornal do Jornal o Estado de S. Paulo e na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e contato direto com a representante da União Internacional Protetora dos Animais - UIPA.

Foram levantadas ao todo 117 notícias com alguma referência ao Decreto, datadas de 1934 a 2001. Todavia, por ter como principal objetivo analisar as origens do Decreto n. 24.645 de 10 de julho de 1934, focou-se na triagem das notícias do período compreendido entre 1934 e 1939. Em relação a este lapso foram encontradas 68 notícias<sup>170</sup>.

Na tentativa de encontrar informações a respeito do período compreendido entre 04 de maio e 10 de julho de 1934 (lapso entre a apresentação do projeto pela UIPA e a aprovação por Getúlio Vargas e Juarez Távora) também foram realizadas buscas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN e pedidos de Informação Sistema de Informação ao Cidadão, direcionadas ao Senado Federal, à Presidência da República e ao Ministério da Agricultura. Conforme respostas em anexo, nenhuma destas solicitações foi frutífera.

A triagem das notícias (1934-1939) foi realizada segundo o tema tratado, quais sejam:

*Aplicação aos humanos:* Notícias que mostram o Decreto foi sendo evocado ou utilizado analogicamente para defesa de interesses de animais humanos.

*Atuação do Executivo:* Notícias que demonstram a atuação do poder executivo, em especial das forças policiais, seja agindo para cessar atividades contrárias ao decreto, seja acatando pedidos formulados com base nele;

*Atuação do Judiciário ou do Ministério Público:* Notícias que contenham denúncias do Ministério Público ou decisões judiciais baseadas no Decreto;

*Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências:* Notícias contendo denúncias ou reclamações acerca de situações que desrespeitem o decreto ou pedido de auxílio das autoridades para cumprimento do decreto.

*Divulgação:* Notícias nas quais as entidades se promovem ou divulgam conquistas obtidas;

*Publicação:* Notícias com publicações ou republicações do texto do decreto, total ou parcialmente;

<sup>170</sup> Ver Apêndice 2, com a lista de notícias do período e resumo dos assuntos tratados.

*Somente citação*: Notícias em que o decreto foi somente citado em diferentes contextos não abarcados pelas outras opções.

Também foram analisadas 69 notícias pós-1939. Ainda que não tenha sido realizada a triagem pormenorizada destas algumas foram comentadas por terem conteúdo relevante para análise histórica do Decreto n. 24.645/1934.

Em seguida, resultados da pesquisa:

Tabela 1. Quantidade e percentual por assunto.

Assunto	Quantidade	Percentual
Aplicação aos humanos	2	2,94%
Atuação do Executivo	8	11,76%
Atuação do Judiciário ou do MP	12	17,65%
Denúncia, reclamação, pedido de auxílio	19	27,94%
Divulgação	10	14,71%
Publicação	11	16,18%
Somente citação	6	16,18%
Total	68	100,00%

Tabela 2. Publicações por Estado.

Estado	Quantidade	Percentual
AC	1	1,47%
BA	1	1,47%
CE	1	1,47%
ES	2	2,94%
GO	1	1,47%
MA	2	2,94%
MG	4	5,88%
MT	1	1,47%
PE	5	7,35%
PR	6	8,82%
RJ	30	44,12%
SC	3	4,41%
SP	11	16,18%
Total	68	100,00%



**APÊNDICE 2 – TABELA DE NOTÍCIAS COM RESUMO (1934-1939)**

Tabela de Notícias Verificadas - Período 1934-1939

	Data	Jornal	Estado	Assunto	Resumo	Comentário	Tag
1	1/1/1933	A Vanguarda	MG	Publicação		Há erro de registro da data no banco de dados e não é possível identificar a data na notícia	1933 xx xx - A vanguarda - MG - Ed 00999 - P. 1 - Ano errado no banco de dados
2	4/5/1934	O Estado de S. Paulo	SP	Publicação	<b>Publicação inicial do projeto assinado por Affonso Vidal, antes de ser aprovado.</b>		1934 05 04 - O Estado de S. Paulo - Projeto de Lei UIPA (Decreto Lei 24645 34)
3	12/7/1934	Correio Paulistano	SP	Divulgação	<b>UIPA - Celebra a aprovação do Decreto proposto por Affonso Vidal</b>		1934 12 07 - Correio Paulistano - SP - Ed 24017 - p.7 - Aprovação
4	7/8/1934	Diário da Manhã	ES	Publicação		Consta data da publicação no DOU Suplemento ao n. 162 em 14/07/1934	1934 07 08 - Diário da Manhã ES - Ed 02771 - p.2 - Indica o Diário Oficial
5	12/8/1934	Correio da Manhã	RJ	Somente citação	Aponta problemas da caça e pesca no Brasil, neste contexto, indica que o Decreto 24645 permite a caça ao pombo	Indica art.3, XXVIII - Permissão de caça ao pombo	1934 12 08 - Correio da Manhã - RJ - Ed 12182 - p.10
6	13/8/1934	O Estado	SC	Atuação do Executivo	O delegado auxiliar reuniu os carroceris, lhes deu o decreto e informou que deveriam adequar o arreamento e medicar os animais doentes		1934 13 08 - Estado - SC - Ed 06251 - p. 1
7	17/8/1934	Jornal do Recife	PE	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Solicita providências, pois a prefeitura de Recife, mesmo ciente do decreto, está mantendo serviço de "carrocinha"		1934 17 08 - Jornal do Recife - PE - Ed 00183 - P.2
8	18/8/1934	Jornal do Recife	PE	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Solicita providências e faz mais algumas considerações sobre os maus tratos praticados na cidade	Continuação da ed 00183	1934 18 08 - Jornal do Recife - PE - Ed 00184 - P.2
9	19/8/1934	Jornal do Recife	PE	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	<b>Novamente aponta a questão da carrocinha e publica a lei para conhecimento da população. "Nenhuma lei criada pelo então ditador do Brasil merece maior simpatia;</b>	Continuação ed 00183 e 00184 - Usa a expressão "trucidamento dos cães"	1934 19 08 - Jornal do Recife - PE - Ed 00185 - p.5
10	23/8/1934	Correio do Paraná	PR	Aplicação aos humanos	<b>Analisa a lei e diz que deve-se levar ao conhecimento dos Promotores o caso dos animais que parecem homens mas não gozam de nenhuma das garantias do decreto, ao fim diz que parecem homens esses animais, mas são na verdade operários.</b>	Usa o decreto para criticar as condições desumanas dos trabalhadores	1934 23 08 - Correio do Paraná - PR - Ed 00673 - p. 3
11	26/8/1934	Jornal do Recife	PE	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Aponta o desrespeito pela prefeitura ao decreto 24645/34, principalmente em relação a manutenção das "carrocinhas"		1934 26 08 - Jornal do Recife - PE - Ed 00191 - p.5

12	28/8/1934	Correio do Paraná	PR	Aplicação aos humanos	<b>Crítica aos articulistas que não reconhecem o valor da lei, principalmente pelo argumento de que deveria-se olhar primeiramente aos humanos</b>	Notícia de Curitiba	1934 28 08 - Correio do Paraná - PR - Ed 00677 - p.6 - LER
13	21/9/1934	Correio da Manhã	RJ	Somente citação	Notícia sobre tiro ao pombo, indica que o decreto exceptua a prática		1934 21 09 - Correio da Manhã - RJ - Ed 12216 - P. 10 - Tiro ao pombo
14	19/10/1934	Diário de Pernambuco	PE	Publicação	Publicação do Texto do decreto e parte do Código de Caça e Pesca n 23672	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1934 19 10 - Diário de Pernambuco - PE - Ed. 00230 - P. 2
15	28/10/1934	A Defesa	MG	Publicação			1934 28 10 - A Defesa MG - ED 00142 p. 3
16	30/10/1934	Diário da Tarde	PR	Divulgação	<b>Relata que a lei apresentada em abril ao governo provisório foi recebida e publicada</b>	<b>UIPA - Enviada por Affonso Vidal – Lei Aurea dos Animais</b>	1934 30 10 - Diário da Tarde - PR - Ed 11907 - p.7 - Lei aurea dos animais]
17	4/11/1934	A Defesa	MG	Publicação			1934 04 11 - A Defesa - MG - Ed 00143 - p. 3
18	4/11/1934	Voz do Povo	GO	Publicação		Publicação parcial de alguns artigos	1934 04 11 - Voz do Povo - GO - Ed 00354 - p. 2
19	10/11/1934	Gazeta de Notícias	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	O Promotor de Niterói ofereceu denúncia acusando um homem de matar a cabra de seus vizinho a tiros	Primeira oferecida com base no decreto	1934 10 11 - Gazeta de Notícias - RJ - Ed. 14645 - P. 3
20	10/11/1934	O Jornal	CE	Somente Citação		Usa o decreto para criticar como ironia ao chamar um cidadão de jumento	1934 10 11 - O Jornal - CE - Ed 00096 - p.2
21	10/11/1934	O Jornal	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	<b>O Promotor Melchades Picanço, promotor público, ofereceu denúncia a Antonio de Oliveira, por este se achar incurso nos art. 2º e 13º do Decreto 24.645/34. Primeira denúncia oferecida em Niterói com fundamento no decreto que estabelece que todos os animais são tutelados pelo Estado,</b>	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1934 10 11 - O Jornal - RJ - Ed 04624 - p.6
22	11/11/1934	A Defesa	MG	Publicação		Publicação dividida em partes	1934 11 11 - A Defesa - MG - Ed. 00144 - p.3
23	24/11/1934	O Combate	MA	Publicação			1934 20 11 - O Combate - MA - ED 02712 -p.3
24	25/11/1934	O Acre	AC	Publicação			1934 25 11 - O Acre - AC - Ed 0252 - p.3

25	26/11/1934	O Combate	MA	Divulgação	UIPA enviou a lei para os jornais, às autoridades federais, estaduais e municipais. Indica ainda que se dispõe a distribuir edições gratuitamente aos professores, zoófilos.	UIPA	1934 26 11 - O combate - MA - Ed 02713 - p.3
26	14/12/1934	O Estado	SC	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Informa que o jockey clube pretende realizar evento de "boi-navara" e indica que a prática é proibida pelo decreto		1934 14 12 - O Estado - SC - Ed 06348 - p. 8
27	28/12/1934	O Jornal	RJ	Somente citação	Indica que a despeito de leis tutelares dos animais, como o "pomposo" decreto 24.645, o brasileiro não consegue impedir desastres como o caso da Lagoa Rodrigo de Freitas, com sua superfície coberta de peixes mortos.	<b>O mote do texto são as causas da morte dos peixes, o decreto é somente citado uma vez. Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1934 28 12 - O Jornal - RJ - Ed 04665 - p. 2
28	6/3/1935	O Estado	SC	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Aponta que a inspetoria de veículos deve atentar para casos de animais com giz e chocalhos ligados aos arreios, situação proibida pelo decreto lei 24645		1935 06 03 - O Estado - SC - Ed 06414
29	11/7/1935	Jornal do Brasil	RJ	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	A notícia aponta que o decreto n 24645, consiste em boa intenção do legislador, mas ficou como letra morta. Pois os animais continuam a sofrer maus tratos de todo o tipo.	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1935 11 07 - Jornal do Brasil - RJ - Ed 00164 - p. 5
30	21/8/1935	Correio Paulistano	SP	Somente citação	Comunicação da proibição da caça de aves em geral, cita o artigo 110 do Código de Caça, em conjunto com o Art 3º, XXXI do Decreto		1935 21 08 - Correio Paulistano - SP - Ed 24360 p. 3
31	27/9/1935	O Imparcial	BA	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Indica reunião da associação onde ficou estabelecido que seria enviado ofício à SSP para solicitar auxílio das corporações policiais para fazer valer o decreto	Sociedade Protetora dos Animais	1935 27 09 - O Imparcial - BA - Ed 01644 - p.2
32	1/11/1935	O Campo	RJ	Somente citação	Em matéria sobre combate às formigas, indica, com base no decreto, que os animais são tutelados pelo estado. Sobretudo deve-se atentar em relação à matança indiscriminada		1935 11 - O Campo - RJ - Ed 0011 - P. 64 - Matéria sobre combate às formigas.
33	7/6/1936	Correio da Manhã	RJ	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Notícia e pede providências acerca de tourada em Cuiaba. Apelo feito por um pastor	Relacionada a notícia de 07 06 1936 no A penna evangelica	1936 07 06 - Correio da Manhã - RJ - Ed. 12775 - p.3
34	14/7/1936	Gazeta de Notícias	RJ	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Aponta a situação da tourada em Cuiaba, alegando que não está sendo respeitado o decreto 24645	Enviada por Aleixo Alves de Souza, diretor do abrigo dos animais	1936 14 07 - Gazeta de Notícias - RJ - Ed 00164 - p.4
35	1/8/1936	A penna evangelica	MT	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Relata notícia vinculada no Estado de SP, acerca da realização de touradas em Cuiaba		1936 01 08 - A penna evangelica - MT - Ed 00460 - P. 1
36	19/5/1937	O Estado	PR	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Indica a necessidade de criação de um bebedouro para os animais em praça de cidade de Ponta Grossa		1937 19 05 - O Estado - PR - Ed 00200- P. 2 - Ver em Informações da Cidade
37	10/6/1937	O Estado	PR	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Solicita a implementação de uma Associação Protetora dos Animais em Ponta Grossa para coibir infrações da lei 24.645		1937 10 06 - O Estado - PR - Ed 00220 - p.2 - Solicita uma sociedade protetora na cidade

38	17/8/1937	O Estado	PR	Atuação do Executivo	Portaria editada pelo Chefe de Polícia com atestando a importância da sociedade protetora dos animais e da observância do decreto 24645	Título: Portaria altruista	1937 17 08 - O Estado - PR - Ed 00277 - p.2 - Portaria altruística
39	14/11/1937	Diário da Manhã	ES	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Aponta crueldades de grupo de meninos que matam passarinhos com cetras e cometem outras crueldades com animais, como cachorros		1937 14 11 - Diário da Manhã - ES - Ed B03424 - p. 2
40	9/12/1937	O Imparcial	RJ	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	<b>Solicita ao Pres da Rep a proibição de circos e de pratica de tiro ao alvo com animais vivos</b>	Carta da Liga Brasileira contra crueldade com animais	1937 09 12 - O imparcial - RJ - Ed 00781 - p.4- Solicitando proibicao circos
41	12/1/1938	A Noite	RJ	Divulgação	Divulga os feitos da APA RJ e seu esforço para fazer cumprir o decreto 24645		1938 12 01 - A Noite - RJ - Ed 09310 - p.2
42	30/1/1938	Correio da Manhã	RJ	Divulgação	APA informando que distribui cópias da lei e que ela deve ser seguida		1938 30 01 - Correio da Manhã - RJ - Ed 13259 - p.34
43	4/2/1938	A Batalha	RJ	Atuação do Executivo	A Polícia prestará apoio ao Abrigo de Proteção aos animais para cumprir o Decreto 24645	Abrigo de proteção aos animais	1938 04 02 - A Batalha - RJ - Ed 03526 - p. 3
44	4/2/1938	Diário de Notícias	RJ	Atuação do Executivo	A Polícia prestará apoio ao Abrigo de Proteção aos animais para cumprir o Decreto 24645	Abrigo de proteção aos animais	1938 04 02 - Diário de Notícias - RJ - Ed 03685 - p.3
45	04/02/1938	Diário Carioca	RJ	Atuação do Executivo	Deferida petição da APA solicitando cumprimento do Decreto no sentido de dar apoio as Associações. Além disso, visar as carteiras	ARRUMAR A DATA no arquivo	1938 04 02 - Diário Carioca - RJ - Ed 01961 - P.3
46	4/2/1938	Jornal do Brasil	RJ	Atuação do Executivo	Proibição de touradas "O Chefe de Governo indeferiu o requerimento de um empresário, interessado em fazer realizar, em uma de nossas praças de esporte, algumas touradas."	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1938 04 12 - Jornal do Brasil - RJ - Ed 00284 - p.5
47	7/2/1938	A Noite	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	O chefe da policia do DF deferiu o pedido da Abrigo de Prot aos Animais para cumprimento do decreto, indicando que o inspetor do local visara as carteiras fornecidas pela APA aos associados.		1938 07 02 - A Noite - RJ - Ed 09336 - p.6
48	9/3/1938	Diário Carioca	RJ	Atuação do Executivo	<b>Relata a realização de inquérito para investigar a morte a tiros de uma cadelinha. Indica que o autor será processado por homicídio. No final faz uma brincadeira, "homicídio" ou "canicídio"?</b>	Busquei outras noticias sobre o inquérito e sobre o acusado: 1939 18 04 - Correio Paulistano - SP - Ed 25493 - p. 17 - Fórum Criminal	1938 09 03 - Diario Carioca - RJ - Ed 02988 - p.6
49	7/5/1938	O Estado de S. Paulo	SP	Atuação do Judiciário ou do MP	<b>A noticia é uma resposta a uma cronica que relatou a condenação de um homem a 15 dias de prisão e multa por ter matado a chicotadas um velho cavalo</b>	A SPPA responde informando que o decreto 24645 foi a base legal para a condenação. Busquei a cronica que deu origem à resposta, mas pela dada indicada não encontrei.	1938 07 05 - O Estado de S. Paulo - p.5
50	13/5/1938	Correio Paulistano	SP	Divulgação	<b>Indica que a UIPA permanece difundindo o decreto, chamado de Lei-Vidal</b>	Chama de lei aurea animal e lei vidal	1938 13 05 - Correio Paulistano - SP - Ed 25206 - p. 12 - Lei Aurea dos animais

51	24/7/1938	Jornal do Brasil	RJ	Atuação do Executivo	Recomendação para que se faça valer o decreto 24 645 e que se de o suporte aos portadores de carteiras expedidas pelo Abrigo de Proteção aos Animais	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1938 24 07 - Jornal do Brasil - RJ - Ed - 00174 p. 12
52	5/8/1938	O Estado de S. Paulo	SP	Divulgação	Confirmação de que o ofício enviado às autoridades pela sociedade paulista de proteção aos animais surtiu efeito no sentido de impedir touradas	Sociedade Paulista de Proteção aos Animais	1938 05 08 - O Estado de S. Paulo
53	16/9/1938	O Jornal	RJ	Divulgação	Chamada para fazer parte da Associação de Proteção dos Animais e cooperar pelo cumprimento do Decreto 24.645 - Associação de Proteção aos Animais	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1938 16 09 - O Jornal - RJ - Ed 05908 p. 8
54	17/9/1938	O Jornal	RJ	Divulgação	Chamada para fazer parte da Associação de Proteção dos Animais e cooperar pelo cumprimento do Decreto 24.645 - Associação de Proteção aos animais	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1938 17 09 - O Jornal - RJ - Ed 05909 - p.10
55	06/11/1938	O Estado de S. Paulo	SP	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Indica que a S. Paulista Protetoras dos animais telegrafou ao pres da república e informou o chefe de polícia do DF a respeito de touradas planejadas no Estádio do Vasco da Game, solicitando providências para que fosse impedida a prática		1938 06 11 - O Estado de S. Paulo - p.13
56	24/11/1938	Gazeta de Notícias	RJ	Divulgação	<b>Presidente do Abrigo de Proteção dos Animais parabeniza o jornal por suas publicações contra touradas, ademais informa que Getúlio Vargas, Juarez Tavora e Felinto Muller (Chefe de Polícia do D.F. à época).</b>	Aparentemente o Abrigo faz parte da UIPA, mas não consegui confirmar a informação. Além disso dá breve histórico da lei. Cita portaria de 4/02/1938, conforme notícias da data acima indicadas	1938 24 11 - Gazeta de Notícias - RJ - Ed 00277 - p. 3
57	26/11/1938	Diário Carioca	RJ	Publicação	Republicação do decreto		1938 26 11 - Diario Carioca - RJ - Ed 03211 - p.2
58	1/12/1938	O Campo	RJ	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	<b>Relata a história de um cão que foi jogado vivo para alimentar uma onça, porém lutou e derrubou o animal, sendo salvo pelo público ao redor, que apresentou repúdio pelo ato de jogar cães vivos às onças. Assim, diante do repúdio público e do apelo da UIPA, ficou proibido alimentar</b>	UIPA autou para buscar a proibição	1938 12 - O Campo - RJ - Ed 0108 1 - p. 76
59	9/2/1939	O Estado de S. Paulo	SP	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	Relata que pedido para liberação de rinhas em Araraquara foi indeferido pelo Sec. de Justiça do Rio, mas mesmo com a pratica sendo proibida pelo decreto, na cidade o "divertimento barbaro"		1939 09 02 - O Estado de S. Paulo - SP
60	28/2/1939	Correio Paulistano	SP	Atuação do Judiciário ou do MP	<b>Decreto 10000 de 1939. O interventor federal reorganizou as funções do MP. No art 21n 28 consta: art 21: Compete aos promotores: n28: Exercer as atribuições do MP relativas à proteção dos animais, constantes no decreto n 24645, de 10 de julho de 1934.</b>		1939 28 02 - Correio Paulistano - SP - Ed 25453 - p. 6 - Ver art 21 n 28 reorganização MPSP
61	9/4/1939	A Noite	RJ	Denúncia, reclamação, pedido de auxílio ou providências	APA - Contra o morticínio dos gatos		1939 09 04 - A noite - RJ - Ed. 09757 -p. 14
62	18/4/1939	Correio Paulistano	SP	Atuação do Judiciário ou do MP	<b>Caso da morte a tiros de cadela, (Dário Carioca 9/3/1938) Informa a prescrição da pretensão punitiva devido a negligência da delegacia.</b>	Dário Carioca 9/3/1938	1939 18 04 - Correio Paulistano - SP - Ed 25493 - p. 17 - Fórum Criminal
63	19/4/1939	O Estado de S. Paulo	SP	Atuação do Judiciário ou do MP	Outra notícia sobre a prescrição do caso acima indicado		1939 19 04 - O Estado de S. Paulo - SP

64	23/8/1939	Jornal do Comércio	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	Decisão que indica que o art 12 do Dec. não está de acordo com as Const de 34 e 37, que restauraram a competência do judiciário. A aplicação das penas, inclusive pecuniária, necessitaria da condenação em processo c/ contraditório.	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1939 23 08 - Jornal do Comércio - RJ - Ed 00276 - pg 10
65	8/9/1939	Jornal do Comércio	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	Levantamento; competência: artigo 12 do decreto 24.645, de 10 de julho de 1934. Juízo de Direito de Varginha (MG).	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1939 08 09 - Jornal do Comércio - RJ - Ed 290 - p.7
66	10/09/1939	Jornal do Comércio	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	Levantamento; competência: artigo 12 do decreto 24.645, de 10 de julho de 1934. Juízo de Direito de Varginha (MG).	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1939 10 09 - Jornal do Comércio - RJ - Ed 292 - p15
67	13/9/1939	Jornal do Comércio	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	Levantamento; competência: artigo 12 do decreto 24.645, de 10 de julho de 1934. Juízo de Direito de Varginha (MG).	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1939 13 09 - Jornal do Comércio - RJ - Ed 294 - p.9
68	14/9/1939	Jornal do Comércio	RJ	Atuação do Judiciário ou do MP	Levantamento; competência: artigo 12 do decreto 24.645, de 10 de julho de 1934. Juízo de Direito de Varginha (MG).	<b>Protegida por direito de imagem: acesso somente pela Hemeroteca</b>	1939 14 09 - Jornal do Comércio - RJ - Ed 295 - p.10